UC/FPCE 2008

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Stress Familiar, Estratégias de *Coping* e Percepção da Qualidade de Vida em Famílias Pós-Divórcio e Famílias Reconstruídas

Ana Vanessa de Campos Amâncio (e-mail: avanessa85@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado na Área de especialização em Psicologia Clínica e Saúde, Subárea de especialização em Sistémica, Saúde e Família, sob a orientação de Professora Doutora Madalena Lourenço

S*tress* Familiar, Estratégias de *Coping* e Percepção da Qualidade de Vida em Famílias Pós-Divórcio e Famílias Reconstruídas

Resumo: A presente investigação dedica-se ao estudo de duas "novas" formas de família, famílias pós-divórcio e famílias reconstruídas, que vão sendo cada vez mais frequentes no nosso país. Assim, revela-se importante estudar estas duas formas de família, para que as possamos compreender melhor e intervir melhor junto delas. O presente estudo baseia-se numa amostra de 66 adultos (44 pertencem a famílias reconstruídas e 17 pertencem a famílias pós-divórcio), pertencentes a uma amostra de conveniência. O objectivo deste estudo consiste em perceber qual o impacto destas formas de família na percepção de *stress* familiar, na percepção de satisfação com a qualidade de vida e na percepção de estratégias de *coping*. Pretende, ainda, avaliar se algumas variáveis (idade, género, nível socio-económico, área de residência e religião) interferem de forma significativa nas variáveis dependentes que referimos, podendo ser consideradas mediadoras. Após este estudo, concluímos que estas duas formas de famílias diferem significativamente entre si, a nível da percepção de estratégias de *coping* familiares, assim como a nível da percepção de satisfação com a qualidade de vida nas áreas família e filhos. Por outro lado, concluímos que não diferem significativamente no que diz respeito à percepção de *stress* familiar.

Palavras-chave: Famílias Pós-divórcio, Famílias Reconstruídas, *Stress* familiar, Qualidade de Vida familiar, Estratégias de *Coping* Familiares.

Family stress, Coping strategies and Quality of life perception in Divorced and Remarried Families

Abstract: In this investigation we are set to study two "emerging" family forms, divorced families and remarried families, which are becoming more and more common in our country. Therefore, it becomes important to study this "emerging" family forms, in order to understand them better and intervene better with them. This study has a sample with 66 adults (44 belong to remarried families and 17 belong to divorced families), from a convenience sample. This study goal is to understand the impact of this "emerging" family forms in family stress perception, perception of the quality of life satisfaction and family coping strategies perception. This study also aspires to evaluate if some variables (age, gender, social and economic level, area of residence and religion) interfere in a significant way on the dependent variables that we already presented. We are also trying to understand if this variables (age, gender, social and economic level, area of residence and religion) can be mediator variables. With this study we conclude that these forms of family have significant differences between each other, concerning the perception of family coping strategies and the perception of quality of life satisfaction at the family and children dimensions. On the other hand, we also conclude that they don't have significant differences concerning the family stress perception.

Key words: divorced families, remarried families, family stress, family quality of life, family coping strategies.

Agradecimentos

Aos meus pais, por todo o apoio, força e compreensão, por estarem sempre a meu lado

Ao Nuno, pela paciência, por acreditar em mim e pelas palavras certas, nas horas que precisei

Ao meu irmão e ao meu primo, por todo o apoio e por estarem sempre por perto

A toda a minha família e amigos, por acreditarem em mim

À Professora Doutora Madalena Lourenço, por todas as palavras de ânimo, pelo carinho e pela ajuda preciosa

À Professora Doutora Isabel Alberto, pela ajuda que nos facultou

Índice

Introdução 1

Enquadramento Conceptual 1
- Famílias Pós-divórcio 3
- Famílias Reconstruídas 10

Objectivos 16
- Modelo Conceptual 17

Metodologia 17
- Amostra 17
- Instrumentos 20

Resultados 24

Discussão de resultados 41

Conclusões 47

Bibliografia 50

Introdução

Nesta investigação pretendemos estudar duas "novas" formas de família, famílias pós-divórcio e famílias reconstruídas, cada vez mais frequentes em Portugal. Assim, temos como objectivo verificar a influência destas na percepção de *stress* familiar, na percepção de satisfação com a qualidade de vida e na percepção das estratégias de *coping* familiar, tendo também em conta a influência de algumas variáveis sócio-demográficas, como a idade, o género, a nível socio-económico, área de residência e religião. Para levarmos a cabo este estudo, recorremos a uma amostra de conveniência, com sessenta e um sujeitos adultos, em que quarenta e quatro pertencem a famílias reconstruídas e dezassete pertencem a famílias pós--divórcio. Cada um destes sujeitos respondeu a um protocolo, composto por dois questionários (questionário socio-demográfico e ficha de dados complementares) e três escalas de avaliação familiar (Qualidade de Vida, Inventário Familiar de Acontecimentos e Mudanças de Vida e Escalas de Avaliação Pessoal Orientadas para a Crise em Família).

Estas duas formas de famílias têm que se reorganizar, tal como têm que lidar, simultaneamente, com uma crise acidental (divórcio e recasamento) e com as futuras crises naturais, relacionadas com o desenvolvimento familiar. Contudo, estas famílias são resilientes e têm capacidades para recuperar e, ultrapassado o período de tensão inicial, deparam-se com um processo de desenvolvimento semelhante às famílias nucleares intactas, apesar de terem as suas particularidades.

Com este estudo, concluímos que as famílias pós-divórcio utilizam mais estratégias de *coping* familiares, recorrendo mais à *aquisição de apoio social,* ao *apoio espiritual* e *à avaliação passiva*, comparativamente com as famílias reconstruídas. No que diz respeito às famílias reconstruídas, estas apresentam níveis de percepção de maior satisfação com a qualidade de vida nas áreas *família* e *filhos.* Por fim, não verificámos diferenças estatisticamente significativas entre as duas formas de família no que concerne à percepção de *stress* familiar.

I – Enquadramento conceptual

Durante muitos anos, o ciclo vital da família foi sendo estudado e as suas etapas foram equacionadas a partir da família nuclear intacta, contudo, nos dias de hoje, é frequente falarmos de novas formas de famílias, que são variantes desse ciclo (Relvas & Alarcão, 2007).

Em Portugal, duas dessas "novas" formas de família, famílias pós--divórcio e as famílias reconstruídas, estão em expansão (Gameiro, 2001; Pinto & Pereira, 2005). Desta forma, é importante estudar a relação entre estas duas formas de família e os conceitos de *stress*, *coping* e qualidade de vida familiar.

Relativamente ao conceito de *stress*, este tem sido definido como a resposta fisiológica e psicológica do organismo, em relação a uma situação indutora de *stress*, em que existe um desfasamento real ou percebido entre as

exigências do meio e as capacidades de cada pessoa para as enfrentar (Olson *et al*., 1983). Nas fases de maior *stress*, a família vê-se obrigada a negociar novas regras familiares, para se adaptar às transformações.

As estratégias utilizadas para lidar com o *stress* são as estratégias de *coping* e consistem num conjunto de processos cognitivos, afectivos e comportamentais, que os indivíduos e famílias constroem para lidar com as situações indutoras de *stress* (Boss, 2002; McCubbin & Patterson, 1983). Por sua vez, Antoniazzi, Dell'Aglio e Bandeira (1998) definem o *coping* como o conjunto de estratégias utilizadas pelas pessoas para se adaptarem a circunstâncias adversas. Lazarus (1985) desenvolveu o conceito de *coping*, definindo-o como uma forma de resolver problemas que põem em causa o bem-estar da pessoa que experiencia *stress* psicológico e em que esta não sabe como reagir. Olson e colaboradores (1983) apresentam cinco estratégias principais de *coping* familiar, subdivididas em internas e externas. As estratégias internas são o *reenquadramento* (capacidade do sistema familiar para definir o acontecimento que induz de *stress* como um desafio, que pode ser ultrapassado, o que torna a situação mais controlável) e a *avaliação passiva* (capacidade do sistema familiar para definir o acontecimento que induz *stress* como algo que será ultrapassado com o tempo). Relativamente às estratégias externas de *coping* familiar, os autores referem a *procura de apoio espiritual* (esforços da família para obter e confiar no apoio espiritual), a *aquisição de apoio social* (esforços da família para obter o suporte da rede social, quer informal, quer formal) e a *mobilização de apoio formal* (esforços da família para obter o auxílio de redes de suporte mais formalizadas). De acordo com Olson e colaboradores (1983), vários estudos mostram que as estratégias de *coping* familiar são progressivamente elaboradas ao longo do tempo, assim como também variam em função do elemento gerador de *stress*.

Vários autores consideram que, tanto a forma como os indivíduos lidam com os acontecimentos indutores de *stress*, como as estratégias de *coping* que usam, podem influenciar o bem-estar físico e psicológico, tal como a percepção que têm acerca da sua qualidade de vida (Endler & Parker, 1990; Lazarus & Folkman, 1984; McCrae & Costa, 1986, *in* Porter, Marco, Schwartz, Neale *et al*., 2000). O conceito de *qualidade de vida* foi definido, pela Organização Mundial de Saúde, como a percepção individual que o sujeito tem acerca da posição que ocupa na vida, no contexto cultural e de valores em que se insere, tendo como referência os seus objectivos, expectativas, padrões e interesses (Mercier, Péladeu, & Tempier, 1998). Fagulha, Duarte e Miranda (2000) consideram que a percepção da qualidade de vida familiar constitui um importante indicador da saúde das famílias, permitindo a prevenção de eventuais perturbações, físicas ou psicológicas.

Vários investigadores têm procurado compreender porque é que as famílias diferem na capacidade de se ajustarem a um mesmo acontecimento *stressante*. Hill (1958, *in* McCubbin & Patterson, 1983) desenvolveu o modelo ABC-X acerca da crise familiar, definindo como situação indutora de *stress* familiar, toda a situação nova para a qual a família não está preparada e que, por isso, constitui um problema. McCubbin e Patterson

amplificaram o modelo ABC-X, acrescentando que a intensidade do acontecimento indutor de *stress* depende de outros factores associados e produz, ou tem a potencialidade para produzir, mudanças no sistema familiar, ao nível das suas fronteiras, padrões de interacção, valores e objectivos (McCubbin & Patterson, 1983; Vaz Serra, 2002). Ao longo dos anos, estes conceitos foram sendo conceptualizados em termos individuais. Partindo do Modelo Duplo ABCX, McCubbin e Patterson (1983), em cooperação com outros autores e investigadores como Olson, desenvolveram um conjunto de escalas, de forma a operacionalizar, em contexto familiar, os conceitos de vulnerabilidade ao *stress*, *coping* e qualidade de vida, respectivamente o FILE - *Family Inventory of Life Events and Changes* (McCubbin, Patterson & Wilson, 1981), o F-COPES - *Family Crisis Oriented Personal Evaluation Scales* (McCubbin, Olson & Larsen, 1981) e o QOL - *Quality of Life* (Olson & Howard, 1982).

Família pós-divórcio

Segundo Gameiro (2004), actualmente, amar e ser amado é um dos nossos principais objectivos, desta forma, a relação conjugal sem amor passou a ser vista como algo insuportável e, quando deixamos de amar, o divórcio começa a aparecer como uma alternativa possível.

Inicialmente, tal como Holmes e Rahe (1967, *in* Pinto & Pereira, 2005) sugeriram, o divórcio, especialmente quando existiam filhos, era visto como um dos acontecimentos mais traumáticos do ciclo vital da família, em termos emocionais. Contudo, o divórcio também pode ser encarado como uma crise pessoal, podendo constituir uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento para o casal, possibilitando a reconstrução de uma vida produtiva e ajustada. Assim, o divórcio pode ser visto de duas formas: como um processo de crescimento da família, ou como um processo degenerativo, que dificulta o desenvolvimento das pessoas que nele estão envolvidas (Pinto & Pereira, 2005). De acordo com Peck e Manocherian (1995), o divórcio constitui uma crise de transição, podendo ser uma experiencia de crescimento, já que permite aos membros da família desenvolver novas capacidades adaptativas.

Na opinião de Gameiro (2004), também o ciúme pode ser devastador numa relação conjugal, já que em casos extremos pode invadir completamente a relação, gerando uma tensão constante e não deixando espaço para a expressão afectiva. Olson e DeFrain (2000) consideram que as cinco razões mais frequentes que levam os casais ao divórcio são: batalhas de poder, ausência de amor, problemas de comunicação, relações extra-conjugais e expectativas irrealistas. De acordo com Olson e DeFrain (2000), o divórcio é um processo *stressante* e até traumático para algumas pessoas, sendo que o período mais difícil é o anterior à decisão.

Segundo Alarcão (2007), nas famílias pós-divórcio, a ruptura é, muitas vezes, causadora de um enorme sofrimento, que pode atingir todos os níveis geracionais da família (família nuclear e ampliada), tal como aumentar a complexidade das tarefas, não só da fase do ciclo vital em que a família se encontra, visto que leva à interrupção e alteração das tarefas

normais do ciclo de vida, mas, também, das fases seguintes, que também acabam por ser afectadas pelo divórcio. Esta crise acidental tem um grande impacto emocional e com ela surgem várias dificuldades, como conflito de lealdades incompatíveis, tensão alimentada e ampliada por simetrias e escaladas, triangulação das crianças, tal como um jogo de artilharia cruzada. Para além disto, aliados ao sofrimento, podem surgir "brigas, amargura, acusações, ressentimentos, impotência, humilhação, raiva, remorso, baixa auto-estima, depressão, culpabilidade, vingança, simetria, ambivalência…" (p. 20).

De acordo com Cloutier, Filion e Timmermans (2006), durante a crise da separação, podem surgir vários aspectos geradores de *stress*: tristeza, sofrimento, cólera, culpabilidade, ansiedade, perda económica, perdas relacionais, sentimento de ser rejeitado e/ou abandonado, etc.

Na opinião de Gameiro (2001), o divórcio envolve sentimentos de insatisfação e vazio, que podem surgir de conflitos ou afastamento entre o casal. Para além disto, os filhos do casal que se divorcia também são afectados, o que pode acarretar consequências emocionais, relacionadas com a idade destes, visto que "não há divórcios felizes para os filhos do casal" (Gameiro, 2001, p. 26).

A família de origem pode ter uma função muito importante no apoio, quer emocional, quer instrumental, à nova família. Por outro lado, também pode prejudicar a adaptação ao novo contexto familiar, através de reacções negativas e da rejeição das opções da nova família (Gameiro, 2001). Durante o processo de divórcio, para além da família, existem muitas pessoas que podem desempenhar um papel crucial, a nível de apoio, tal como os amigos e os colegas. Contudo, muitas vezes, os elementos do casal, que está em processo de divórcio, acabam por se afastar destas pessoas, quando mais precisam do seu apoio, mudando a sua rede social, da qual passam a fazer parte conhecidos solteiros (Peck & Manocherian, *in* Carter, McGoldrick, & cols., 1995)

O desafio que espera o subsistema parental consiste em encontrar uma nova forma de família, diferente da anterior, mas que lhes permita continuar a ser pais (Cloutier, Filion & Timmermans, 2006).

Carter propõe quatro fases no processo de divórcio. A primeira fase é a *tomada de decisão*, que implica que os dois elementos do casal aceitem que não conseguem resolver os problemas que os atingem, o que envolve um processo doloroso e com muitas interrogações, sendo que podem passar por várias fases, até chegar à aceitação definitiva: negação, zanga, negociação, tristeza e aceitação. A segunda etapa consiste em *planear a separação*, isto é, o casal tem que chegar a acordo sobre aspectos complexos, o que envolve uma negociação que raramente é fácil, visto que o casal encontra grandes dificuldades de comunicação, tornando-se ainda mais difícil para os casais com filhos. O terceiro estádio é a *separação*, que envolve a adaptação ao viver sozinho, o que implica aprender a gerir a solidão e a nova organização familiar. Para além disso, cada um deve tentar construir uma relação de cooperação com o ex-cônjuge, tal como reorganizar a relação com a família de origem. A quarta e última etapa é o *divórcio*, sendo importante que o

divórcio legal não seja muito precoce, de forma a permitir que o divórcio emocional evolua com o tempo (Gameiro, 2001). "Não há nada como dar tempo ao tempo, para que o tempo se encarregue de fazer tudo a seu tempo" (Gameiro, 2001, p. 41).

Por sua vez, Peck e Manocherian (1995) apresentam cinco estádios que constituem o processo de divórcio. No primeiro estádio, de *cognição individual*, pelo menos um dos cônjuges está a equacionar o divórcio, começando o processo de separação emocional, o que leva ao aumento do *stress*, acusações, depressão, ambivalência e, para o cônjuge que está a tomar a decisão, a sentimentos de remorso e culpa, podendo existir uma relação extra-conjugal que pode apressar a decisão. No estádio seguinte, de *metacognição familiar*, o segredo acaba por ser revelado, assim, esta etapa caracteriza-se por um grande sofrimento, desequilíbrio e perturbação em toda a família, muitas vezes relacionada com o facto de esta decisão ser unilateral, isto é, enquanto um dos elementos da família teve tempo para pensar acerca desta decisão e das suas consequências, para o resto da família isto aparece como algo inesperado e indesejado, causando sentimentos de raiva, impotência e traição. O terceiro estádio, de *separação do sistema*, é marcado pela separação, sendo que podem existir várias formas de enfrentar a crise, que vão influenciar um maior ou menor bloqueio no funcionamento familiar e individual, podendo, assim, surgir alguns sintomas, quer nos cônjuges (como perturbações do sono, apatia, problemas no trabalho, uso excessivo de álcool ou tabaco, …), quer nas crianças (enurese, encoprese, perturbações do sono, irritabilidade, queixas somáticas, alterações do rendimento escolar, …), visto que estas últimas vão tentar reunir de novo a família, já que não querem perder nenhum dos pais. Nesta terceira fase, é particularmente importante a forma como cada elemento enfrenta a crise e, também, a forma como a família e a rede social lidam com a situação, visto que o apoio destas é muito importante para os cônjuges. Na quarta etapa, de *reorganização do sistema*, o sistema familiar tem a tarefa de reorganizar as suas fronteiras, tornando-as claras, tal como desenvolver novas regras e padrões. O quinto e último estádio, de *redefinição do sistema*, coincide com a resolução de tarefas anteriores e com a construção de uma nova auto--definição familiar, quer sob a forma da monoparentalidade, quer de recasamento.

Muitas vezes, quando o casal se decide separar, fá-lo com esperança de melhorar a qualidade de vida da família, contudo, o divórcio cria novas soluções, mas também novos problemas, implicando mudanças no quotidiano e nas relações íntimas. O divórcio cria um conjunto de perdas sucessivas: dos sonhos, dos objectivos a atingir, da fé, da confiança, da segurança, etc. (Pinto & Pereira, 2005). Assim, é importante que os ex--cônjuges façam o luto pela conjugalidade e pela família que estavam a construir e consigam reorganizar a parentalidade. Estas tarefas nem sempre são fáceis, visto que podem ser dificultadas por vários aspectos: pela raiva e/ou desilusão que sentem um pelo outro, pela dificuldade de coordenar interesses e necessidades, pela interferência das famílias de origem e pelas triangulações disfuncionais que podem ter ser criadas (Relvas & Alarcão,

2007). O divórcio pode ser encarado como um processo familiar, que envolve a criação e redefinição de novos papéis e da renegociação da relação parental e conjugal. Assim, os pais divorciados precisam de fronteiras claras e comunicação fluente, que permitam a cada um levar a cabo as suas funções parentais, isto é, as confusões entre subsistema parental e subsistema conjugal podem fazer com que surjam problemas. Desta forma, é importante que as fronteiras de autoridade e responsabilidade parental sejam claras, para que cada um dos pais saiba a forma como se pode relacionar com o filho, sendo que isto pode influenciar a qualidade e desempenho do papel de pais (Pinto & Pereira, 2005). Tudo isto porque "a separação põe fim à relação conjugal, o que quer dizer que os laços e papéis recíprocos de cônjuges são abandonados, mas não põe fim à relação parental" (Cloutier, Filion & Timmermans, 2006, p. 71).

O impacto de divórcio depende do estádio do ciclo de vida familiar em que o casal se encontra:

- O divórcio em casais recém casados, sem filhos, leva a uma menor ruptura, visto que estão menos pessoas envolvidas, os papéis de cada um ainda não são tão claros, existem menos laços sociais e menos tradições. Para além disso, a redefinição de papéis não é tão complexa, já que o casal não tem que manter nenhum tipo de relacionamento (Peck & Manocherian, 1995).
- Nas famílias com filhos em idade pré-escolar, os bebés não são afectados tão directamente pelo divórcio, mas experienciam a angústia dos pais, sendo que, mas tarde, acabam por se aperceber das mudanças, tal como das idas e vindas de ambos os pais e de outros cuidadores. Para as crianças na fase pré-escolar o divórcio é particularmente difícil, visto que são vulneráveis à culpa e à confusão, podendo regredir desenvolvimentalmente de várias formas: enurese, ansiedade de separação, problemas a nível do sono, apego excessivo, entre outras coisas. Nesta fase, para além dos filhos, os pais também sofrem o impacto do divórcio, visto que têm que lutar com os seus sentimentos. As mães, que ficam com a guarda dos filhos, têm que lidar com dificuldades financeiras e com a sobrecarga de trabalho, ao mesmo tempo que cuidam da casa e dos filhos, por seu lado, os pais sofrem com a perda de contacto diário com os filhos, sentindo-se mais distantes e menos ligados a estes. Nesta fase é importante que se redefinam papéis, para se conseguir a restabilização da família (Peck & Manocherian, 1995).
- Nas famílias com filhos em idade escolar, o impacto do divórcio também é grande, visto que as crianças já percebem o que está a acontecer, mas não têm capacidades para lidar com isso, sendo que se podem mesmo sentir-se responsáveis por aquilo que está a acontecer e, ao mesmo tempo, pensam que podem fazer com que os pais se reconciliem. Nesta fase, algumas crianças podem ser parentificadas, tal como se podem envolver em conflitos de lealdades. Para além disso, podem desenvolver problemas escolares e/ou com os amigos. Os pais devem dar tempo aos filhos, para que eles consigam processar a ideia

(Peck & Manocherian, 1995). Na opinião de Gameiro (2004), os danos serão maiores nestas crianças, já que é mais difícil para elas perceber que o conflito não tem nada a ver consigo. Por seu lado, Homem (2006), através de uma revisão da literatura, conclui que a investigação tem mostrado que as crianças não reagem à separação dos pais de uma forma uniforme, visto que a construção que fazem desta transição depende de vários aspectos, como a idade, o nível de desenvolvimento, as características pessoas, a forma como os pais lidam com este processo e as consequências que o divorcio acarreta (impacto económico e nível de conflito parental).

- Relativamente às famílias com filhos adolescentes, as reacções dos filhos podem ser raiva, desejo de um lar estável, necessidade de fronteiras claras entre eles e os pais, tal como necessidade de uma base segura, para poderem partir, que é ameaçada pelo divórcio. Nesta fase, pode ser particularmente difícil lidar com os filhos adolescentes, sem o apoio do outro cônjuge (Peck & Manocherian, 1995).
- Nas famílias lançadoras, o impacto do divórcio também pode ser grande, visto que o casal já tem uma longa história em conjunto. O casamento pode ficar vulnerável quando os filhos deixam de ser a principal preocupação do casal e o facto de terem que se reestruturar pode levar ao divórcio. O divórcio dos pais pode ser um acontecimento muito *stressante* para os filhos, devido a um sentimento de responsabilidade pelos pais e a possíveis conflitos de lealdades. Por outro lado, os filhos podem, ainda, ser afectados por sentimentos de perda da vida familiar, de abandono por parte dos pais e preocupação em relação ao seu próprio casamento. Em relação aos pais, o divórcio pode ser uma oportunidade para iniciar uma nova vida, visto que também já estão livres das responsabilidades paternas. Contudo, quando um dos cônjuges não concorda com o divórcio, esta crise pode ser devastadora para ele (Peck & Manocherian, 1995).
- Por fim, quando o divórcio acontece no estádio tardio de vida, também tem um grande impacto, visto que causa uma onda de choque em toda a família, afectando as três gerações de membros da família, já que existem muitos laços e vínculos, após um longo casamento, podendo os filhos sentir-se sobrecarregados pelos pais. Quando o divórcio não é desejado, pode ser traumático, sendo que a solidão aparece como um problema (Peck & Manocherian, 1995).

Homem (2006) fez um estudo com crianças cujos pais eram divorciados, para perceber quais as consequências da separação parental para o ajustamento infantil. Neste estudo, a autora concluiu que:

- A presença de acontecimentos de vida potencialmente *stressantes* é mais comum nas crianças cujos pais são divorciados. São exemplos disto a mudança de casa e de escola, a diminuição do rendimento da família, o desemprego, as mudanças no agregado familiar, entre outras.
- Nestas crianças existem diferenças, apesar de não serem significativas, a nível do ajustamento académico e emocional, comparativamente às crianças que fazem parte de uma família nuclear intacta. As crianças

cujos pais estão divorciados há três ou menos anos são percepcionadas por estes como tendo mais problemas de internalização e os rapazes são percepcionados pelos professores como exibindo mais problemas de comportamento.

- O tempo de duração da separação parental encontra-se associado à percepção dos pais relativamente ao (des)ajustamento emocional das crianças, sendo que os pais tendem a percepcionar os filhos como mais desajustados quando a separação ocorreu há menos de três anos. Assim, tal como vários autores referiram, os efeitos mais negativos do divórcio parental tendem a desaparecer nos dois/três anos posteriores à sua ocorrência. Contudo, durante esse período de tempo, poderão verificar-se algumas alterações comportamentais e quebra no rendimento académico, daí este ser considerado um período de crise, depois do qual o comportamento das crianças tende a estabilizar.
- A separação dos pais não parece ter conduzido as crianças que participaram neste estudo ao desajustamento académico ou emocional.

Desta forma, segundo Homem (2006), os resultados do seu estudo parecem apoiar a visão mais recente acerca das consequências da separação parental para o desenvolvimentos das crianças, sendo que esta visão descatastrofiza o carácter traumatizante deste acontecimento e defende a existência de uma grande variabilidade nas respostas das crianças a esta situação, que depende da interacção entre as características individuais, familiares e extra-familiares de cada criança. Após uma revisão da literatura, esta autora conclui, também, que as consequências da separação para estas crianças não tem tanto a ver com a separação em si, mas mais com o conflito parental antes, durante e depois do divórcio.

Após o divórcio, é importante que os ex-cônjuges não tentem copiar o funcionamento familiar anterior, mas sim criar novas formas de satisfazer as necessidades emocionais e financeiras da nova família, reorganizando todas as expectativas, responsabilidades e relacionamentos. Assim, o divórcio exige mudanças na forma como a família funciona, tal como uma nova definição da vida familiar. Geralmente, logo após ao divórcio, é normal que surjam três tipos de problemas: financeiros, a nível da paternidade e a nível de relacionamentos sociais. Os problemas a nível da paternidade estão relacionados com a dificuldade que um dos pais, por estar sozinho, pode ter em relação a educar e disciplinar os filhos, numa altura em que enfrenta uma grande perda emocional, acrescido pelo facto de ter pouco tempo e/ou energia para satisfazer as necessidades dos filhos, que também estão a passar por uma grande perda. A nível dos relacionamentos sociais, o progenitor que fica sozinho pode passar por algum isolamento social, visto que acaba por se afastar dos amigos do casal, porque estes sentem que precisam de tomar partido de um dos ex-cônjuges (Brown, *in* Carter, McGoldrick, & cols., 1995).

Segundo Hetherington, Law e O'Connor (1993), o divórcio deve ser visto como uma parte de um conjunto de transições familiares e mudanças nas relações da família. Desta forma, a reacção ao divórcio é influenciada pelo ajustamento individual, pela qualidade das relações familiares antes do

divórcio e por aquilo que acontece durante e depois do divórcio. O apoio extrafamiliar pode funcionar como recurso de apoio emocional e instrumental. Inicialmente, a maior parte das crianças e pais experienciam o divórcio como *stressante*, contudo, a maioria consegue adaptar-se à sua nova forma de vida em poucos anos. Assim, apesar de o divórcio implicar que as crianças e os pais tenham que enfrentar novos desafios e múltiplos acontecimentos *stressantes*, também pode proporcionar oportunidades de crescimento pessoal, relações mais gratificantes e um ambiente familiar mais harmonioso. Contudo, algumas pessoas podem apresentar problemas, quer de saúde, quer emocionais, psicológicos e/ou sociais (Hetherington, Law & O'Connor, 1993).

Apesar disto, só a partir da década de 90 é que os autores passaram a ver e a descrever as famílias como resilientes, com potencial e capacidades para recuperar (Greff & Van Der Merwe, 2004).

De acordo com McCubbin e Patterson (1983), a reacção de uma família ao divórcio pode ser compreendida em termos de quatro dimensões: a acumulação de recursos adquiridos através de acontecimentos *stressantes*, os recursos habituais e adquiridos nas novas adaptações da família, a percepção da família acerca dos acontecimentos *stressantes* e os recursos da família. Os recursos consistem nos recursos pessoais de cada membro da família, recursos internos do sistema familiar e apoio social. Estes três tipos de recursos, juntos, têm um papel fundamental na capacidade de adaptação da família a uma crise (Greff & Van Der Merwe, 2004).

Por seu lado, Hanson e colaboradores (1998, *in* Greeff & Van Der Merwe, 2004) identificam três tipos de recursos que podem atenuar o processo do divórcio e que são importantes para a recuperação das famílias: recursos económicos, recursos parentais (níveis elevados da participação parental, disciplina consistente e parâmetros claros) e recursos da comunidade (amigos, relações familiares e organizações formais que fornecem informação e apoio social, conduzindo a um melhor funcionamento familiar e individual).

Walsh (1998, *in* Greeff & Van Der Merwe, 2004) enfatiza a importância da família encontrar um significado para a crise, acrescentando a importância do papel da fé religiosa, da espiritualidade, da crença, da esperança, da iniciativa, da perseverança, do humor, e do incentivo entre membros da família, durante a recuperação das crises. Dois dos recursos mais salientes da família identificados por vários investigadores (McCubbin e McCubbin, 1993; Mederer, 1998; Hawley, 2000, *in* Greeff & Van Der Merwe, 2004) são a flexibilidade e a coesão, ou a solidariedade que existe na família. Anderson (1998, *in* Greeff & Van Der Merwe, 2004) considera que existe outro recurso importante, o sentido de coerência da família, que pode ter influência na qualidade de vida da família, contra o impacto do *stress* e da crise na família (Anderson, 1998, *in* Greeff & Van Der Merwe, 2004). Antonovsky (1987, *in* Greeff & Van Der Merwe, 2004) definiu o sentido de coerência como uma orientação global, que define a capacidade com a qual um indivíduo, com um persistente e dinâmico sentimento de confiança, encara os estímulos emanados dos meios interno ou externo de uma

existência como estruturados, previsíveis e explicáveis (capacidade de compreensão); que o indivíduo tem ao seu alcance recursos para satisfazer as exigências colocadas por esses estímulos - (capacidade de gestão); e que essas exigências são desafios, capazes de catalisar o investimento e o empenho do indivíduo (capacidade de investimento).

O divórcio é uma crise considerável, que requer uma adaptação dramática, visto que os padrões de funcionamento familiar existentes são alterados. As mudanças ocorrem em conjunto com a reavaliação da relação dos membros da família, tal como dos seus relacionamentos com o exterior. O processo da mudança tem como objectivo o restabelecimento da harmonia e o progresso da família (Greeff & Van Der Merwe, 2004).

Segundo Thompson e Rudolph (2000, *in* Greff & Van Der Merwe, 2004), o divórcio conduz a mudanças na composição da família, nos seus papéis, nos seus relacionamentos e nas circunstâncias económicas, que envolvem implicações e adaptações para membros da família e podem ter um impacto significativo no funcionamento da família.

Greff e Van Der Merwe (2004) levaram a cabo um estudo, que tinha como objectivo identificar os factores que promovem a resiliência e o bem--estar nas famílias pós-divórcio, focando-se nas características e nas forças positivas que contribuem para o crescimento e o desenvolvimento de um sistema. Com este estudo, concluíram que existem vários factores de resiliência, que podem ajudar as famílias após o divórcio: apoio intra--familiar, apoio da família, apoio dos amigos e fé. Para além disso, os autores explicam que a comunicação aberta entre membros da família e a atitude positiva a respeito do futuro como família eram aspectos importantes, durante sua adaptação ao divórcio. Por outro lado, a segurança financeira e do trabalho também pode funcionar como factores de suporte, particularmente se é a mãe que fica com os filhos após o divórcio. Os autores concluem que a resiliência pode ser promovida por vários factores e que os processos que ocorrem numa crise podem diferir dos processos que ocorrem noutra crise, isto é, o que é eficaz depende da crise e da família específica.

Segundo Homem (2006), é consensual para vários autores que o desenvolvimento psicológico da criança pode ser melhor numa família divorciada feliz, do que numa família casada em conflito.

Família Reconstruída

As famílias reconstituídas, no passado, eram mais frequentes após a viuvez, enquanto que, hoje em dia, acontecem com mais frequência após o divórcio, contudo, em ambos os casos, há um luto que tem que ser realizado, tal como uma aceitação que tem que ser feita, para que exista a construção de uma nova família, com novos padrões transaccionais e novas regras (Alarcão, 2007).

Segundo Alarcão (2007, p. 42), as *famílias recasadas* são "aquelas onde um novo vínculo conjugal constitui a base para o complexo arranjo de várias famílias numa nova constelação". Ao implicar a ligação de várias famílias, o recasamento leva a que a nova família não se possa organizar

como uma família nuclear intacta, tendo que lidar com uma crise acidental (recasamento) e com as futuras crises naturais, relacionadas com o desenvolvimento familiar (Relvas & Alarcão, 2007).

Segundo McGoldrick e Carter (1995), existem vários termos para designar esta nova forma de família, como famílias com padrasto/madrasta, famílias reconstituídas, famílias misturadas ou famílias reestruturadas, sendo que estes termos têm em comum o facto de sugerirem problemas associados a estas famílias. Estes autores, ao escolherem a designação de famílias recasadas, enfatizam o vínculo conjugal, que está na base do arranjo de várias famílias, numa nova constelação.

Segundo Gameiro (2001, p. 9), as "novas famílias (…) são as famílias em que existem os meus, os teus e os nossos", isto é, que têm elementos de outras famílias nucleares, uma nova estrutura, com interacções e relações complexas, e novas formas de afecto. A criação desta nova família pode não ser um processo muito fácil, visto que podem existir algumas fases de sofrimento, o que não implica que as crianças sejam diferentes das outras quando crescerem, apesar de esta experiência ter nelas um grande impacto.

Gameiro (2001) considera que, nestes casos, não existe apenas uma paixão a dois, visto que os filhos também estão envolvidos. Assim, quando o casal decide começar esta nova relação, pode reactivar nos filhos medos típicos do divórcio, como o medo de ser abandonado pelos pais. Por outro lado, esta nova família pode ajudar a resolver o luto pela família quebrada, pondo de lado as hipóteses de reconciliação dos pais. Contudo, se a criança ou jovem não resolver bem o luto, pode criar grandes dificuldades à nova família, tendo como objectivo fazer com que as coisas corram mal. Desta forma, é importante que os filhos participem em algumas decisões, como a mudança de casa, para ajudar à preparação emocional para a nova família. É importante que continue a existir espaço, nesta nova família, para que os pais e os seus filhos biológicos possam estar sozinhos.

Carter e McGoldick (1995) descrevem a formação das famílias recasadas em três fases:

1. A primeira etapa é o início de um novo relacionamento, que envolve a recuperação, em relação à perda do primeiro casamento.
2. A segunda etapa consiste na conceptualização e planeamento do novo casamento e da nova família. Nesta fase, é importante a aceitação dos medos de cada cônjuge e dos seus filhos, em relação ao recasamento e à formação da nova família. Por outro lado, deve também aceitar-se a necessidade de tempo e paciência, para que possa existir ajustamento à complexidade e ambiguidade dos novos papéis, das novas fronteiras e das questões afectivas.
3. O terceiro e último estádio é o recasamento e reconstituição da família, no qual é feita a resolução final do apego ao cônjuge anterior e ao ideal de família intacta, ao mesmo tempo que acontece a aceitação de um novo modelo de família, com fronteiras permeáveis.

Relativamente à questão da construção de novas fronteiras, podem surgir algumas dificuldades, como questões de associação (quem incluir na nova família), de espaço, de autoridade e de tempo. Estas questões devem

ser negociadas na família, sendo necessária alguma flexibilidade. Outra das dificuldades destas famílias podem ser os problemas afectivos, devido à existência ou negação de sentimentos intensos que entram em conflito. Nestas famílias são frequentes, tanto o sentimento de culpa, como os conflitos de lealdade, e a tentativa exagerada de resolver aspectos não resolvidos ou insolúveis do sistema (McGoldrick & Carter, 1995).

Segundo Gameiro (2001), estas novas famílias passam por um conjunto de problemas, que podem ser agrupados em cinco grupos: idealização, memória, comunicação, papel da madrasta e do padrasto e tentação para esquecer que o casal existe. Relativamente à *idealização*, quando o casal constrói uma nova família, tem a expectativa que tudo corra melhor, desta forma, nos primeiros tempos, as diferenças de opinião e de emoções são negadas e vistas como uma possível fonte de conflito e como uma ameaça ao novo casal, ou à nova família. Contudo, com o tempo, o casal começa a perceber que as diferenças devem ser negociadas. A *memória* diz respeito às recordações que cada um tem da família e relação conjugal anteriores, com as quais vai comparando a sua situação actual, sendo que estas memórias não são apenas negativas e podem servir de comparação em etapas menos boas da nova relação. Quanto à *comunicação*, é importante ter em conta que, durante a relação de cada casal, vão sendo construídos códigos comunicacionais, que, nestes casos, são influenciados pelo passado de cada um e testados no presente, sendo que a sua adequação depende da reacção do outro membro do casal. O *papel da madrasta e do padrasto* deve ser um papel secundário e auxiliar e não um papel co-responsável, isto é, inicialmente, os padrastos não devem participar directamente na relação educativa, nem ter um papel activo face aos enteados, visto que isto não é aceitável, para estes, que um estranho, que eles não escolheram, se intrometa na sua vida. Por fim, por vezes, existe, nestas novas famílias, a *tentação de esquecer que o casal existe*, já que, nos primeiros tempos, o casal pode viver na obsessão por que corra tudo bem, o que faz com que se esqueçam de manter o seu espaço preservado. Para além disto, Alarcão (2007) considera que, nestas famílias, é possível que o novo agregado tente criar uma fronteira de lealdade, à volta da família anterior, o que dificulta a forma como vão ser equacionadas, quer esta crise acidental, quer as crises naturais futuras.

De acordo com McGoldrick e Carter (1995), o impacto do recasamento depende da fase do ciclo vital em que a família se encontra. Quando as duas famílias que se reúnem pelo recasamento estão em fases diferentes do ciclo de vida familiar, as diferenças de experiência e abordagem às responsabilidades podem estar na base de algumas dificuldades, assim, quanto maior a discrepância, maior a dificuldade de transição e mais demorada a integração da família. Neste caso, ambos os cônjuges precisam aprender a funcionar em várias fases do ciclo vital. Para isso, deve existir uma discussão franca, apoio mútuo, entendimento e um planeamento cuidadoso. Mas, se as dificuldades não forem compreendidas e trabalhadas, traduzir-se-ão em conflitos ou distância emocional. Quando as duas famílias que se reúnem pelo recasamento estão na mesma fase do ciclo de vida familiar, existe a vantagem de terem na nova família as mesmas

tarefas de ciclo de vida e as mesmas experiências prévias gerais. Contudo, esta vantagem pode não adiantar de nada, se existir uma competição decorrente da sobrecarga de tarefas e preocupações, do intenso investimento emocional para serem bons pais e da necessidade de incluir os ex-cônjuges nas questões relativas aos filhos. As famílias recasadas mais complexas são aquelas em que um ou ambos os cônjuges têm filhos com menos de dezoito anos. Nestes casos, é relevante ter em conta o grau de reconhecimento das perdas anteriores, o tempo que decorreu entre os casamentos, em que medida as perdas e conflitos anteriores foram resolvidos, tal como o reconhecimento e aceitação das questões emocionais importantes para os filhos e métodos para lidar com elas. Nestas famílias, as dificuldades das crianças manifestam-se através de problemas de comportamento e/ou escolares, tal como afastamento em relação à família e amigos, o que pode complicar ou impedir a reorganização da nova família. Nas famílias com adolescentes, as complicações desta fase podem aumentar muito o nível de *stress*. Nestes casos existem alguns problemas comuns, como o conflito entre a necessidade de união da nova família e necessidade de separação normal na adolescência, as dificuldade dos padrastos em disciplinar o adolescente, o facto de o adolescente resolver as suas lealdades divididas tomando algum partido, tal como os problemas relacionados com a atracção sexual entre irmãos por afinidade ou entre padrastos e enteados, em conjunto com a dificuldade que o adolescente tem de aceitar a sexualidade do progenitor biológico. Quando o recasamento ocorre em fases posteriores do ciclo de vida, requer um ajustamento dos relacionamentos dos dois sistemas familiares. O recasamento vai ser melhor aceite pela família se tiver ocorrido a morte de um dos pais. A aceitação familiar do novo casamento é mais fácil se permitir a reunião de todos os filhos e netos em importantes funções familiares.

Por seu lado, Alarcão (2007) considera que as dificuldades nas famílias reconstruídas são, geralmente, menores quando o novo cônjuge também é divorciado, contudo, podem surgir dificuldades se, na bagagem emocional de um dos cônjuges, existirem questões não resolvidas, o que pode transformar a "crise" em "avaria". Por outro lado, o facto de o novo cônjuge não ter experiência prévia de um casamento anterior pode trazer dificuldades, visto que este vai ter pressa em assumir um papel parental, que pode ver como forma de reforçar a conjugalidade. McGoldrick e Carter (1995) consideram que, nestas famílias, permanecem as marcas das primeiras famílias, por isso, é importante que exista muita paciência, tolerância face à ambiguidade desta situação, tal como cedência de espaço e tempo a cada um dos elementos do casal, para que lidem com os sentimentos, sendo que tudo isto vai permitir o processo de construção da nova família.

Segundo McGoldrick e Carter (1995), no recasamento existem três grupos que constituem a bagagem emocional: bagagem da família de origem, bagagem do primeiro casamento e bagagem do processo de separação, divórcio e do período entre os casamentos. Assim, é importante que cada cônjuge consiga trabalhar de forma a resolver as suas questões

emocionais com as pessoas significativas do seu passado, o que vai permitir que o novo relacionamento prossiga.

Segundo Alarcão (2006), relativamente ao desenvolvimento familiar, é importante que os cônjuges em fases diferentes do ciclo de vida familiar vivam as diferentes etapas do ciclo vital co-existentes num registo de complementaridade, não as fundindo, nem ultrapassando; e que criem novas regras e padrões transaccionais. A mesma autora identifica, nestas novas famílias, algumas dificuldades no subsistema conjugal, que está em permanente interacção com o subsistema parental:

a) Idealização do novo casamento, sendo que o casal pode inibir-se de viver e metacomunicar sobre as diferenças, na presença dos filhos, para que estes não interpretem isto como sinal de nova separação, que pode ser visto como uma ameaça, ou como uma esperança de retornar à família anterior.
b) O facto de, na maior parte das vezes, os filhos dos cônjuges estarem em idade escolar ou na adolescência implica que a nova família se abra ao exterior, enquanto o casal necessita de se centrar sobre si próprio. Por outro lado, o facto de o casal ser muito solicitado para cumprir a função de pais, pode fazer com que se esqueçam de preservar o espaço conjugal.
c) As memórias das famílias anteriores vão ter que ser negociadas, para que se possam construir novos padrões de relação, novas regras de funcionamento familiar e novos códigos comunicacionais. Para além disto, o novo casal tem que ajustar a linguagem conjugal e, também, a linguagem parental, equilibrando códigos antigos e novos, o que tem que ser negociado, de forma que o passado não ameace o presente e não exista uma mudança abrupta para os filhos.
d) Ao gerir o modelo de parentalidade, o novo subsistema parental tem que integrar os modelos de infância e o modelo que co-construiu na família anterior. Contudo, é possível que os filhos dificultem a gestão da parentalidade.

Para além destas dificuldades, segundo Alarcão (2006), ao nível dos filhos, podem existir três tipos de dificuldades. O primeiro grupo tem a ver com as lealdades filiais, isto é, a gestão de lealdades constitui uma tarefa árdua para os filhos, que se encontram entre, por um lado, a lealdade ao progenitor presente e à nova família e, por outro lado, a lealdade ao progenitor ausente. O segundo tipo tem a ver com questões relativas ao poder e ao conflito, já que a negociação nestes aspectos não é fácil, existindo, frequentemente, confusão entre os dois níveis da comunicação (conteúdo e relação), o que dificulta o desenvolvimento da comunicação funcional. O terceiro grupo encontra-se ao nível da fratria, sendo que podem existir alianças e coligações, que dificultem as relações horizontais.

McGoldrick e Carter (1995) consideram que as dificuldades nestas famílias podem estar relacionadas com o facto de tentarem utilizar os papéis e normas da(s) família(s) anterior(es) como orientação para a nova família. Assim, os autores apresentam alguns problemas que isto pode trazer:

a) Criação de uma fronteira de lealdade em torno dos membros da família,

excluindo pais ou filhos biológicos, o que não é realista;

b) O facto de o vínculo pais-filhos preceder o vínculo conjugal, pode fazer com que o padrasto/madrasta sinta necessidade de competir com os enteados pela primazia da relação com o cônjuge, como se estes relacionamentos estivessem ao mesmo nível;
c) Os tradicionais papéis de género responsabilizam a mulher pelo bem--estar da família, o que pode colocar a madrasta e a enteada em papéis antagónicos e a ex-mulher e a nova mulher em posições adversárias.

Desta forma, segundo McGoldrick e Carter (1995), o novo modelo de família exige: fronteiras permeáveis em torno dos membros de diferentes famílias, o que irá permitir que os filhos se movimentem entre as duas famílias, conforme estiver estabelecido nos acordos de visitas e de custódia; aceitação das responsabilidades e sentimentos de cada cônjuge face aos seus filhos, sem que o novo cônjuge assuma responsabilidades por este, sem que compita com a relação deste com os filhos e sem que tente impedir o contacto necessário com o ex-cônjuge; e revisão dos papéis tradicionais de género na família.

Assim, numa família recasada funcional, a responsabilidade de tratar dos filhos de cada um deve estar distribuída, não excluindo os pais biológicos, isto é, cada cônjuge deve assumir com o seu ex-cônjuge a responsabilidade pela educação dos seus filhos biológicos. Por seu lado, os padrastos e enteados devem assumir o modelo de relacionamento amigável que preferirem, quer um relacionamento de pais com filhos, de amigos, de tios com sobrinhos, etc. (McGoldrick & Carter, 1995).

McGoldrick e Carter (1995) resumem alguns preditores de dificuldades de transição nas famílias reconstituídas:

a) Grande discrepância entre ciclos vitais das famílias;
b) Negação da perda e/ou intervalo curto entre casamentos;
c) Falta de consciência das dificuldades emocionais que o recasamento pode trazer aos filhos;
d) Incapacidade de abandonar o ideal da primeira família intacta e de passar para o novo modelo de família;
e) Empenho para criar fronteiras firmes em torno da nova família e pressão para a existência de lealdade e coesão primárias na nova família;
f) Exclusão dos pais ou avós biológicos, tal como combate à sua influência;
g) Negação das diferenças e dificuldades, tal como agir como se fossem apenas uma família comum;
h) Mudança da custódia dos filhos próximo do recasamento.

Depois de a nova família ultrapassar o período de tensão, estas famílias poderão deparar-se com algumas particularidades, como a coexistência de várias etapas do ciclo vital, a possibilidade de comparar o quotidiano com experiências anteriores e o medo de se repetir a separação (Alarcão, 2006).

Após a fase inicial de transição e instalação, a nova família principia um processo de adaptação, que inclui inúmeras vicissitudes e que se pode prolongar por alguns anos. As estatísticas mostram que estas famílias têm

maior risco de divórcio, visto que são sistemas mais complexos, que têm elementos exteriores a eles, que podem perturbar ou dificultar o seu funcionamento (Gameiro, 2001).

Gameiro (2001) considera que os homens e as mulheres têm uma grande capacidade de adaptação, que lhes permite construir uma nova família, após o processo de separação pelo qual passaram. O autor diz-nos que este movimento familiar pode ajudar a concluir o luto pela família quebrada, pondo de lado a hipótese de reconciliação.

Por seu lado, Alarcão (2006) considera que, ultrapassado o período de tensão inicial, a nova família se depara com um processo de desenvolvimento semelhante às famílias nucleares intactas. Para além disto, a autora conclui que as famílias reconstruídas podem constituir um espaço de crescimento individual e familiar.

II – Objectivos

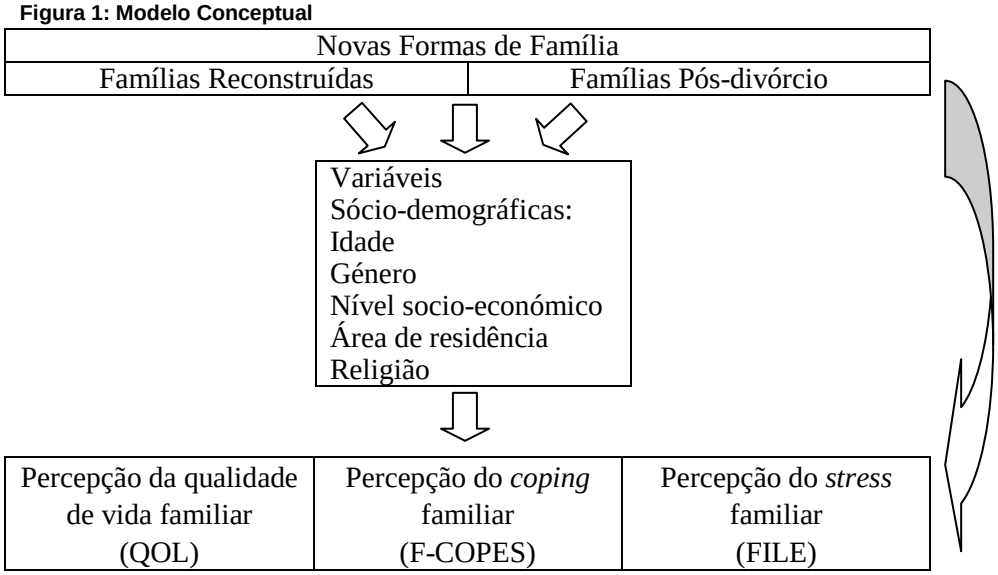
Este estudo insere-se num projecto de investigação mais amplo sobre *stress*, *coping* e qualidade de vida familiares, no qual participaram dezassete mestrandos, no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia Clínica, na sub-área de Sistémica, Saúde e Família, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Este projecto vem na continuidade de um projecto realizado no ano lectivo anterior, pelos mestrandos da mesma área. Assim, o principal objectivo deste projecto de investigação consiste em validar três escalas (o FILE, o F-COPES e o Qualidade de Vida) à população portuguesa, através de uma amostra de conveniência. O trabalho em comum feito pelos investigadores passou pela formação destes, pela recolha da amostra e pela construção da base de dados.

É neste encadeamento que surge o nosso trabalho, que pretende verificar a relação entre percepção do s*tress* familiar, das estratégias de *coping* familiar e da qualidade de vida familiar em famílias pós-divórcio e famílias reconstruídas.

Assim, temos como objectivo geral a realização de um estudo comparativo, no sentido de perceber as semelhanças e diferenças entre as famílias reconstruídas e as famílias pós-divórcio, no que diz respeito à percepção da qualidade de vida familiar (QOL), do *coping* familiar (F-COPES) e do *stress* familiar (FILE).

Em termos de objectivos específicos, pretendemos investigar a influência que determinadas e eventuais variáveis mediadoras podem ter nos resultados obtidos através dos referidos instrumentos, nomeadamente algumas variáveis sociodemográficas (idade, género, nível socioeconómico, área de residência e religião). Segue-se um modelo hipotético de relação entre as variáveis do nosso estudo empírico (cf. Figura 1).

Figura 1: Modelo Conceptual



III – Metodologia

1. Amostra

1.1 Critérios de amostragem

A nossa amostra é composta por sujeitos da população geral, de ambos os sexos, que tenham história de conjugalidade e que façam parte de famílias reconstruídas ou de famílias pós-divórcio.

1.2 Recolha da amostra

Recorremos a uma amostra por conveniência, recolhida na população geral, pelos mestrandos de Psicologia Clínica, na sub-área de especialização em Sistémica, Saúde e Família, do ano lectivo 2007-2008.

A amostra foi recolhida entre os dias 15 de Novembro e 31 de Janeiro de 2008. Durante a recolha da amostra fizemos uma abordagem a vários indivíduos, de forma a verificar se estavam interessadas em participar no nosso estudo. Cada investigador esteve, individualmente e pessoalmente, com cada elemento das famílias, para lhes entregar o protocolo, que foi aplicado na residência de cada sujeito.

O protocolo era composto por cinco instrumentos, aplicados segundo a seguinte ordem: em primeiro lugar os sujeitos respondiam ao questionário demográfico, ao qual se seguia a ficha de dados complementares e, por fim, os três instrumentos de avaliação. Relativamente aos instrumentos de avaliação, o primeiro a ser aplicado foi o Qualidade de Vida, Formulário Parental, seguidamente foi o Inventário Familiar de Acontecimentos e Mudanças de Vida (FILE) e, por fim, a Escala de Avaliação Pessoal orientadas para a Crise em Família (F-COPES). Os sujeitos responderam directamente e individualmente a todos os instrumentos que faziam parte do protocolo, sendo que o investigador apenas interferia quando lhe era solicitado que esclarecesse alguma dúvida.

Foram garantidos, aos sujeitos que participaram na investigação, o

anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos, visto que estes questionários apenas foram consultados e trabalhados pelos investigadores que participam neste projecto e, para além disto, o nome dos sujeitos não é pedido em nenhum momento.

1.3 Caracterização da amostra

A amostra geral era composta por 507 sujeitos, com idades compreendidas entre os 12 e os 88 anos (M=40,67 e DP=17,22), sendo que 161 sujeitos são do sexo masculino (31,8%) e 346 do sexo feminino (68,2%).

A amostra do nosso estudo é composta por 72,1% (N=44) de sujeitos que fazem parte de famílias reconstruídas e 27,9% (N=17) que fazem parte de famílias pós-divórcio. No total temos 61 sujeitos, com idades compreendidas entre os 24 e os 82 anos, sendo que a média de idades é de 42,79 e a maior parte dos sujeitos tem entre 31 e 50 anos (N=37; 60,7%). Quanto à variável género, 67,2% (N=41) de sujeitos são do sexo feminino e 32,8% (N=20) do sexo masculino. Relativamente ao local de residência, 44,3% (N=27) dos sujeitos vivem numa área mediamente urbana, 29,5% (N=18) habitam numa área predominantemente urbana e 26,2% dos sujeitos residem numa área predominantemente rural. No que diz respeito ao estado civil, a amostra é composta por 26,2% (N=16) de sujeitos casados, 45,9% (N=28) estão em união de facto, 24,6% (N=15) estão divorciados e apenas 3,3% (N=2) se encontram separados. No que concerne à escolaridade, os níveis de escolaridade mais frequentes são o 12º ano (N=14; 23%) e o ensino superior (N=16; 26,2%). Quanto à religião, a maior parte da amostra (63,9%; N=39) respondeu que a sua religião é católica. Em relação à etapa do ciclo vital da família (cf. classificação de Olson, McCubbin, & cols., 1983), 18% (N=11) dos sujeitos fazem parte de casais sem filhos, 24,6% (N=15) encontram-se na etapa família com filhos pequenos, 21,3% (N=13) estão na etapa família com filhos em idade escolar, 8,2% (N=5) encontram-se na etapa família com filhos adolescentes, 14,8% (N=9) pertencem a famílias lançadoras, 9,8% (N=6) fazem parte de famílias que se encontram na etapa de ninho vazio e, por fim, existem dois sujeitos (3,3%) a quem a etapa do ciclo vital não se aplica. Por último, relativamente ao nível socio-económico, 29,5% (N=18) dos sujeitos fazem parte do nível socio-económico baixo, 45,9 (N=28) dos sujeitos do nível médio e 23% (N=14) faz parte do nível elevado.

Quadro 1: Descrição da amostra

Variável	Famílias Reconstruídas (N=44; 72.1%)		Famílias Pós--divórcio (N=17; 27.9%)		Total	
	N	%	N	%	N	%
Género						
Masculino	17	38.6	3	17.6	20	32.8
Feminino	27	61.4	14	82.4	41	67.2
Total	44	100	17	100	61	100

Idade						
24-30	11	25	0	0	11	18
31-40	13	29.5	8	47.1	21	34.5
41-50	11	25	5	29.4	16	26.2
51-60	6	13.7	1	5.9	7	11.5
≥ 61	3	6.8	3	17.6	6	9.8
Total	44	100	17	100	61	100
Área de residência						
Predominantemente urbano	12	27.3	6	35.3	18	29.5
Mediamente urbano	22	50	5	29.4	27	44.3
Predominantemente rural	10	22.7	6	35.3	16	26.2
Total	44	100	17	100	61	100
Estado civil						
Casado	16	36.4	0	0	16	26.2
União de facto	28	63.6	0	0	28	45.9
Divorciado	0	0	15	88.2	15	24.6
Separado	0	0	2	11.8	2	3.3
Total	44	100	17	100	61	100
Habilitações literárias						
<4º ano	3	6.8	3	17.6	6	9.8
4º ano	2	4.5	1	5.9	3	4.9
6º ano	5	11.4	2	11.8	7	11.5
9º ano	9	20.5	2	11.8	11	18
12º ano	10	22.7	4	23.5	14	23
Ensino médio	3	6.8	0	0	3	4.9
Ensino superior	11	25.0	5	29.4	16	26.2
Missing	1	2.3	0	0	1	1.6
Total	44	100	17	100	61	100
Religião						
Católica	26	59.1	13	76.5	39	63.9
Não católica	17	38.6	4	23.5	21	34.4
Missing	1	2.3	0	0	1	1.6
Total	44	100	17	100	61	100
Etapa do ciclo vital						
Casal sem filhos	9	20.5	2	11.8	11	18
Filhos pequenos	15	34.1	0	0	15	24.6
Filhos idade escolar	7	15.9	6	35.3	13	21.3
Filhos adolescentes	3	6.8	2	11.8	5	8.2
Família lançadora	4	9.1	5	29.4	9	14.8
Ninho vazio	4	9.1	2	11.8	6	9.8

Não se aplica	2	4.5	0	0	2	3.3
Total	44	100	17	100	61	100
Nível socio--económico						
Baixo	11	25	7	41.2	18	29.5
Médio	21	47.7	7	41.2	28	45.9
Elevado	11	25	3	17.6	14	23
Missing	1	2.3	0	0	1	1.6
Total	44	100	17	100	61	100

2 Instrumentos

2.1 Questionário Socio-demográfico

O questionário socio-demográfico foi elaborado pela equipa de investigação formada pelos mestrandos do ano anterior, com o objectivo de conseguir uma identificação e caracterização dos sujeitos e da sua família. Este questionário deve ser preenchido pelo respondente, pretendendo recolher as seguintes informações acerca deste: nacionalidade, local de residência, parentesco que ocupa no agregado, idade, estado civil, habilitações literárias e profissão principal. Para além disto, este questionário permite, ainda, recolher estes mesmos dados relativos aos elementos que constituem o agregado familiar do sujeito e aos que já saíram de casa, à excepção da nacionalidade e do local de residência. Este questionário contém, também, questões acerca da religião, do número de filhos e da situação profissional do elemento do agregado familiar considerado a principal fonte de suporte económico. Por fim, existem dois campos, a preencher pelo terapeuta, no final da entrevista. São eles a etapa do ciclo vital em que a família se encontra (de acordo com as sete fases do ciclo vital da família definidos por Olson, McCubbin e col., 1983: casais sem filhos; famílias com filhos pequenos ou em idade pré-escolar; famílias com filhos em idade escolar; famílias com filhos adolescentes; famílias "lançadoras"; "ninho vazio"; e famílias na reforma) e o nível socio-económico, obtido através do cruzamento entre a escolaridade e a profissão do elemento do agregado familiar que é considerado a principal fonte de suporte económico, tal como propôs Simões (1994, p. 285-286).

2.2 Ficha de Dados Complementares

Tal como o questionário socio-demográfico, também a ficha de dados complementares foi desenvolvida pela equipa de investigação do ano anterior e sofreu algumas alterações este ano. Esta ficha tem como principal objectivo recolher informações acerca do historial médico e psicológico do respondente e da sua respectiva família. Assim, a primeira parte deste questionário permite perceber se existe alguma doença ou outro tipo de problema (como a obesidade, "nervos", depressão) na família, tal como quem tem a doença, qual o impacto desta na família e a forma como se percepciona o nível de gravidade. Para além disto, esta primeira parte

permite, ainda, averiguar qual o tipo e "nível" de apoio a que a família mais recorre em situações difíceis, já que pedimos ao respondente que enumere, por ordem decrescente, as várias opções (família chegada, família alargada, comunidade e instituições). Por fim, esta parte é, ainda, constituída por três perguntas que pretendem perceber a forma como são percepcionados e avaliados genericamente o *stress* familiar, a qualidade de vida da família e as estratégias de adaptação que a família utiliza para se adaptar às suas dificuldades, numa escala de 1 a 5.

A segunda parte da ficha complementar permite perceber quantas vezes, em média, a família recorre ao Centro de Saúde, tal como quais são os cinco motivos mais frequentes que os levou a dirigirem-se a estes serviços. Este questionário também permite saber se o respondente sofreu algum acidente durante o ano anterior, tal como o tipo de acidente que sofreu. Para além disto, também permite averiguar se, nesse espaço de tempo, alguém significativo para a pessoa que responde teve algum acidente e que tipo de acidente, se faleceu, ou se se divorciou. Por fim, a última pergunta averigua se alguma vez a família recorreu a algum tipo de ajuda psicológica, tal como o tipo de instituição a que recorreu, o tipo de pedido que fez, quanto tempo teve o apoio e se ainda continua a tê-lo.

2.3 Qualidade de Vida (QOL)

O *Quality of Life* foi desenvolvido por David H. Olson e Howard L. Barnes (1982) e é um questionário de auto-resposta, que avalia um conjunto de variáveis relacionadas com várias dimensões: *Casamento e Vida familiar, Amigos, Família alargada, Saúde, Lar, Educação, Lazer, Religião, Mass media, Bem-estar económico/financeiro, Vizinhança e Comunidade*, sendo estes indicadores da percepção individual de bem-estar ou satisfação com a vida familiar.

O *Quality of Life* está disponível em duas versões, para pais e para adolescentes, de forma a reflectir as diferenças entre as preocupações dos pais e dos adolescentes e, por outro lado, a averiguar o grau de satisfação com cada uma das dimensões de qualidade de vida que avaliam. Nesta investigação iremos apenas considerar a versão parental, que é constituída por 40 itens. Por seu lado, a versão para adolescentes é constituída por 25 itens, sendo que 19 destes são comuns às duas escalas, 21 são específicos da escala dos adultos e 6 são específicos da versão para adolescentes.

Na versão original, o *Quality of Life* permite obter um indicador principal, que é o resultado total da Qualidade de Vida, tal como também é possível proceder a uma análise por Factor, existindo 12 factores: *Vida Familiar, Amigos, Família Alargada, Saúde, Bem-estar Financeiro e Vizinhança e Comunidade.* As dimensões que estas duas escalas abrangem são praticamente as mesmas, à excepção das dimensões *Casamento e Emprego*, que apenas estão presentes no formulário parental, tal como o *Lazer, a Educação e a Família Alargada* que são específicos do formulário para adolescentes.

Este questionário é constituído por uma escala de resposta tipo *Lickert* de 5 pontos, de 1 (insatisfeito) a 5 (extremamente satisfeito). Quanto mais

elevado o resultado, maior a satisfação do respondente, relativamente à sua qualidade de vida.

Na análise da validade apresentada pelos autores, o *alfa* de Cronbach total foi de 0.92. A análise factorial com rotação *varimax* resultou na delineação dos doze factores que já referimos acima. Relativamente à fidelidade, o valor obtido foi de 0.6476.

Como não existia uma versão portuguesa do *Quality of Life*, a equipa de investigação do ano anterior procedeu à tradução e adaptação da escala, seguindo os critérios da Organização Mundial de Saúde (*in* Canavarro, Serra, Pereira, & cols, 2006)..

Na nossa adaptação do Qualidade de Vida obtivemos um índice de consistência interna (alfa de Cronbach) de 0.922 e um nível de confiança (KMO) de 0.865 na escala total. No que concerne aos factores, encontrámos os seguintes valores de consistência interna: *Bem-estar Financeiro* (alfa =0.89), *Tempo* (alfa =0.979), *Vizinhança e Comunidade* (alfa =0.888), *Casa* (alfa =0.90), *Mass Media* (alfa =0.805), *Relações Sociais e Saúde* (alfa =0.735), *Emprego* (alfa =0.739), *Religião* (alfa =0.971), *Família e Conjugalidade* (alfa =0.797), *Filhos* (alfa =0.796) e *Educação* (alfa =0.825).

2.4 Inventário Familiar de Acontecimentos e Mudanças de Vida (FILE)

O FILE (Family Inventory of Life Events and Changes) foi desenvolvido por McCubbin e colaboradores (1981), de forma a avaliar o *stress* familiar. Este questionário tem como base teórica o modelo ABCX (Hill, 1958) e, posteriormente, o modelo Duplo ABCX (McCubbin & Patterson, 1982).

O FILE é um inventário de auto-resposta, que deve ser respondido por, pelo menos, um dos elementos da família. Este questionário é constituído por 71 itens, que avaliam variáveis relacionadas com o *stress* e as tensões na família, relativas a acontecimentos de vida e a mudanças cumulativas, que ocorrem no ciclo vital da família e que foram experienciados no último ano. Estes 71 itens dividem-se por nove factores: "*tensões intra-familiares*", "*tensões conjugais*", "*tensões relativas à gravidez e maternidade*", "*tensões relativas a questões financeiras*", "*tensões-mudanças familiares devido ao trabalho*", "*tensões relacionadas com cuidados de saúde*", "*perdas*", "*movimento de «entradas e saídas» na família*", "*problemas legais*". Cada um dos itens refere-se a um evento ou mudança, normativa ou não, que possa ter ocorrido na família do respondente. Este inventário também permite avaliar alguns acontecimentos prévios ao período de tempo referenciado, através de 34 dos 71 itens. Nestes itens pergunta-se se a mudança ocorreu durante e antes do ano passado (duas respostas), sendo que estes são relativos a eventos que, por norma, necessitam de mais tempo de adaptação, ou são situações crónicas que provocam stress prolongado (Olson e cols., 1985). Por outro lado, os restantes reportam-se apenas ao ano passado, tendo apenas uma resposta.

O FILE fornece um índice da vulnerabilidade da família, visto que as famílias lidam com diversos *stressores* simultaneamente. A escala de

resposta é dicotómica, sendo que "Sim" tem a cotação de 1 ponto e "Não" tem a cotação de 0 pontos. Assim, um resultado mais elevado corresponde a um valor também mais elevado de *stress* percepcionado na família.

Na versão original, este inventário permite obter três indicadores: resultado total de Mudanças de Vida Recentes, resultado total de Mudanças de Vida Passadas e resultados por Factor (9 Factores).

Na análise da validade apresentada pelos autores, o *alfa* de Cronbach total foi de 0.81, enquanto que os valores para as subescalas foram: "tensões intra-familiares"0.72; "tensões conjugais" 0.16; "tensões relativas à gravidez e maternidade" 0.24; "tensões relativas a questões financeiras" 0.60; "tensões-mudanças familiares devidas ao trabalho" 0.55; "tensões relacionadas com problemas ou cuidados de saúde" 0.56; "perdas" 0.34; "movimento de "entradas e saídas" na família" 0.52; "problemas legais" 0.62. Estes valores indicam que as subescalas não se mostraram adequadas para análise de resultados. Também foi feito um teste-reteste com uma amostra de 150 sujeitos e um intervalo de tempo de quatro a cinco semanas, sendo que a correlação na escala total foi de 0.80, e entre 0.64 e 0.84 nas subescalas, mostrando que houve validade no teste-reteste.

A versão portuguesa deste questionário, designado Inventário Familiar de Acontecimentos e Mudanças de Vida, foi elaborada por Vaz Serra e colaboradores (1990), sendo esta a versão utilizada neste estudo.

Na nossa adaptação do Qualidade de Vida obtivemos um índice de consistência interna (alfa de Cronbach) de 0.811 e um nível de confiança (KMO) de 0.612 na escala total.

2.5 Escalas de avaliação pessoal orientadas para a crise em família (F-COPES)

O F-COPES (Family Crisis Oriented Personal Scales) foi desenvolvido por McCubbin e colaboradores (1981, *in* Olson, & cols., 1985). Este questionário permite identificar as estratégias de *coping* utilizadas pelas famílias face a problemas e a dificuldades.

O F-COPES é um inventário de auto-resposta, que tem por base o Modelo Duplo ABCX de McCubbin e Patterson (1982), que deve ser respondido por, pelo menos, um dos elementos da família. Este questionário é constituído por 29 itens (visto que o item 18 foi excluído da escala original, por não se agrupar em nenhum factor), que avaliam as atitudes e os comportamentos de resolução de problemas, que a família desenvolveu para resolver ou responder a problemas e dificuldades, sendo que estas estratégias englobam recursos familiares, sociais e comunitários.

A escala de resposta é tipo Likert, de cinco pontos, em que 1 corresponde a "discordo muito" e 5 corresponde a "concordo muito", sendo que um resultado mais elevado está relacionado com um valor também mais elevado de estratégias de *coping*.

Na versão original, permite obter dois indicadores: resultado total de Estratégias de *Coping* e resultado por Factor (5 factores). Estes cinco factores são agrupados em duas grandes dimensões: interna e externa. Desta forma, as estratégias de *coping* internas são o *reenquadramento* e a

aceitação passiva e as estratégias de *coping* externas são a *procura de suporte social*, a *procura de suporte espiritual* e a *mobilização da família para conseguir e aceitar ajuda*. Estas estratégias englobam os recursos internos (utilização de recursos inerentes à família) e externos (utilização de recurso exteriores ao sistema familiar, como os recursos sociais e comunitários).

Relativamente aos estudo empírico de validação desta escala, os autores obtiveram no seu estudo índices de consistência interna (*alpha* de Cronbach) de 0.83 para *aquisição de suporte social*, 0.82 para o *reenquadramento*, 0.80 para a procura de *apoio espiritual*, 0.71 *mobilização de apoio formal*, 0.63 para a *avaliação passiva* e um total na escala de 0.86. Relativamente à fidelidade, o valor obtido foi de 0.81. Quanto à validade de construto, cada um dos cinco factores apresenta valores maiores do que um e cada um dos 29 itens tem valores superiores a 0.35.

A versão portuguesa do F-COPES foi desenvolvida por Vaz Serra e colaboradores (1990), tendo como designação Escalas de Avaliação Pessoal Orientadas para a Crise em Família.

Na nossa adaptação do Qualidade de Vida obtivemos um índice de consistência interna (alfa de Cronbach) de 0.846 e um nível de confiança (KMO) de 0.815 na escala total.

IV – Resultados

Para proceder ao tratamento estatístico dos dados e testar ao nosso modelo conceptual, optámos pela utilização de um teste paramétrico de Análise da Variância (ANOVA) para cada dimensão dos instrumentos de avaliação e para as escalas totais. Para além disso, recorremos à utilização de procedimentos de comparação múltipla, como o *Test Tuckey* sempre que tal se revelava adequado. Nas situações em que não era possível utilizar a ANOVA, por não estarem cumpridos os pressupostos necessários, recorremos a testes não-paramétricos. Assim, utilizámos o teste de *Mann--Whitney*, com o objectivo de comparar duas amostras independentes, e o teste de *Kruskal-Wallis* para comparar três ou mais amostras independentes. Por fim, quando verificámos diferenças significativas entre estas amostras, optámos pela utilização do teste LSD de *Fisher*, para procedermos à comparação múltipla das médias das ordens, tal como sugere Maroco (2007).

1. Relação entre as "novas" formas de família (pós-divórcio e reconstruídas) e a percepção de *stress* familiar, das estratégias de *Coping* familiares *e* da *Qualidade de Vida* Familiar

Nesta fase do estudo, procedemos à comparação das médias obtidas no FILE, F-COPES e *Qualidade de Vida*, tanto nas escalas totais, como nas várias subescalas dos dois últimos. Desta forma, analisámos as duas amostras (*famílias pós-divórcio* e *famílias reconstruídas*) em conjunto, através da ANOVA e dos testes de *Mann-Whitney* ou de *Kruskal-Wallis*.

Tabela 1. Efeito das "novas formas de família" nos resultados do F-COPES

F-COPES	PÓS-DIVÓRCIO		RECONSTRUÍDAS		ANOVA/MANN WHITNEY	
	M	*DP*	*M*	*DP*	*F/U*	*p*
Aquisição de apoio social	32,00	0,907	26,55	0,793	F=15,234	0,000
Reenquadramento	29,00	1,018	28,05	0,744	F=0,496	0,484
Apoio Espiritual	12,29	0,973	7,70	0,579	U=154,500	0,000
Mobilização de Apoio formal	7,88	0,675	6,98	0,377	F=1,509	0,224
Avaliação Passiva	12,47	0,637	10,95	0,355	F=4,776	0,033
Copestotal	99,59	3,005	85,50	1,688	F=18,299	0,000

Concluímos que estas duas formas de família (Tabela 1) apresentam diferenças significativas relativamente à escala total do F-COPES, sendo que as famílias pós-divórcio (M=99,59; D.P.=3,005) apresentam um valor mais elevado, comparativamente com as famílias reconstruídas (M=85,50; D.P.=1,688). O mesmo se verifica em relação a várias subescalas do F--COPES, nomeadamente *aquisição de apoio social* (famílias pós divórcio – M=32,00, DP=0,907; famílias reconstruídas – M=26,55, DP=0,793), *apoio espiritual* (famílias pós divórcio – M=12,29, DP=0,973; família reconstruídas – M=7,70, DP=0,579) e *avaliação passiva* (famílias pós-divórcio – M=12,47, DP=0,637; famílias reconstruídas – M=10,95, DP=0,355), nas quais as famílias pós-divórcio apresentam uma média mais elevada, comparativamente com as famílias reconstruídas.

Tabela 2. Efeito das "novas formas de família" nos resultados do Qualidade de Vida

QUALIDADE DE VIDA	PÓS-DIVÓRCIO		RECONSTRUÍDAS		ANOVA/MANN WHITNEY	
	M	*DP*	*M*	*DP*	*F/U*	*P*
Bem-estar financeiro	17,53	1,109	17,55	0,926	F=0,000	0,992
Tempo	13,24	1,052	11,68	0,650	F=1,586	0,213
Vizinhança e comunidade	17,53	0,948	17,91	0,886	U=369,000	0,936
Casa	18,06	0,976	18,43	0,637	F=0,098	0,755
Mass media	8,29	0,605	8,64	0,425	F=,192	0,663
Relações sociais e saúde	14,12	0,506	14,52	0,456	U=366,500	0,903
Emprego	6,88	0,461	6,64	0,374	U=362,500	0,851
Religião	5,65	0,331	6,27	0,316	U=306,000	0,251
Família	5,47	0,463	8,16	0,278	U=122,500	0,000
Filhos	7,29	0,567	8,45	0,281	U=248,000	0,036
Educação	6,29	0,418	6,20	0,318	U=370,000	0,948
QVtotal	126,53	4,603	130,66	3,967	F=0,347	0,558

Relativamente às subescalas do Qualidade de Vida (Tabela 2), encontrámos diferenças estatisticamente significativas nas subescalas *família* (famílias pós-divórcio – M=5,47, DP=0,463; famílias reconstruídas – M=8,16, DP=0,278) e *filhos* (famílias pós-divórcio – M=7,29, DP=0,567; famílias reconstruídas – M=8,45, DP=0,281), sendo que as famílias reconstruídas apresentam médias mais elevadas, o que indica uma maior

satisfação com a qualidade de vida nestas áreas. Por fim, no que concerne ao FILE (Tabela 3), não verificámos diferenças estatisticamente significativas entre as duas formas de família.

Tabela 3. Efeito das "novas formas de família" nos resultados do FILE

FILE	PÓS-DIVÓRCIO		RECONSTRUÍDAS		MANN WHITNEY	
	M	*DP*	*M*	*DP*	*U*	*P*
FILETOTAL	7,76	1,439	10,16	0,900	U=284,500	0,149

2. Relação entre as variáveis sócio-demográficas e a percepção de *stress* familiar, das estratégias de *Coping* familiares *e* da *Qualidade de Vida* Familiar, para as duas amostras em conjunto

Tabela 4. Efeito da idade nos resultados do Qualidade de Vida, do F-COPES e do FILE

	Condição1		Condição 2		ANOVA/MANN WHITNEY	
	M	*DP*	*M*	*DP*	*F/U*	*p*
QUALIDADE DE VIDA						
Bem-estar financeiro	16,94	1,116	17,97	0,955	F=0,302	0,585
Tempo	11,39	,759	12,76	,824	U=411,000	0,442
Vizinhança e comunidade	16,97	1,096	18,45	0,806	U=386,000	0,259
Casa	18,48	0,755	18,10	0,779	U=430,000	0,622
Mass media	8,71	0,570	8,24	0,393	U=399,000	0,344
Relações sociais e saúde	15,00	0,521	13,86	0,480	U=354,500	0,110
Emprego	6,97	0,352	6,38	0,497	U=414,000	0,463
Religião	5,90	0,329	6,31	0,385	U=425,500	0,559
Família	7,81	0,392	7,00	0,415	U=371,500	0,173
Filhos	8,06	0,409	8,31	0,326	U=449,000	0,823
Educação	6,29	0,322	6,07	0,406	U=456,500	0,912
QVtotal	128,45	4,702	129,90	4,253	F=0,014	0,907
F-COPES						
Aquisição de apoio social	28,03	0,889	28,24	1,124	F=0,057	0,813
Reenquadramento	29,39	0,782	27,31	0,919	F=2,547	0,116
Apoio Espiritual	8,52	0,592	9,45	0,999	U=462,000	0,977
Mobilização de apoio formal	7,77	0,444	6,66	0,497	U=346,500	0,088
Avaliação Passiva	11,71	0,418	10,97	0,500	F=1,505	0,225
Copestotal (F-COPES)	91,90	2,143	87,03	2,626	F=1,872	0,176
FILE						
FILETOTAL	10,03	1,116	9,07	1,094	U=426,000	0,583

No que concerne à variável idade (Tabela 4), os sujeitos foram agrupados em dois grupos (Condição 1 – sujeitos dos 24 aos 40 anos; Condição 2 – sujeitos dos 41 aos 82 anos), com o objectivo de conseguir uma maior homogeneidade. Para procedermos a este reagrupamento recorremos aos dados do INE (Instituto Nacional de Estatística, 2007) e

verificámos que a média de idade ao nascimento do primeiro filho é de 28,2 anos, o que sugere que, por volta dos 41 anos, os portugueses se encontram na etapa do ciclo vital família com filhos adolescentes. O facto de termos esta etapa como um ponto de diferenciação baseia-se na ideia de Lourenço (2006), que refere que ter filhos adolescentes aparece como um factor de protecção para a conjugalidade. Com base nesta ideia procedemos ao reagrupamento e à análise estatística, sendo que concluímos que não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos.

Tabela 5. Efeito do género nos resultados do Qualidade de Vida, do F-COPES e do FILE

	MASCULINO		FEMININO		ANOVA/MANN WHITNEY	
	M	*DP*	*M*	*DP*	*F/U*	*P*
QUALIDADE DE VIDA						
Bem-estar financeiro	18,11	1,221	17,12	0,921	F=,669	0,417
Tempo	12,16	0,989	12,00	0,690	F=,086	0,770
Vizinhança e comunidade	17,79	1,256	17,63	0,833	F=,122	0,728
Casa	19,05	1,036	17,95	0,626	F=1,037	0,313
Mass media	8,11	0,657	8,66	0,413	U=361,500	0,452
Relações sociais e saúde	15,00	0,617	14,20	0,442	U=346,000	0,321
Emprego	6,47	0,584	6,78	0,352	U=391,500	0,773
Religião	6,16	0,485	6,07	0,295	U=395,500	0,815
Família	7,79	0,527	7,24	0,344	U=353,500	0,376
Filhos	7,58	0,579	8,46	0,268	U=315,500	0,134
Educação	5,84	0,467	6,34	0,306	U=405,500	0,944
QVtotal	130,16	5,306	128,68	3,953	F=0,141	0,709
F-COPES						
Aquisição de apoio social	27,74	1,249	28,32	0,864	U=342,000	0,295
Reenquadramento	26,47	1,280	29,27	0,633	F=5,516	0,022
Apoio Espiritual	8,11	1,068	9,37	0,672	U=336,000	0,252
Mobilização de Apoio formal	7,32	0,607	7,20	0,411	F=,022	0,883
Avaliação Passiva	10,58	0,461	11,71	0,416	F=2,219	0,142
Copestotal	85,58	2,769	91,39	2,090	F=2,904	0,094
FILE						
FILETOTAL	7,16	1,063	10,68	0,987	U=275,500	0,038

Relativamente ao género (Tabela 5), verificámos diferenças significativas na subescala *reenquadramento* do F-COPES (masculino – M=26,47, DP=1,280; feminino – M=29,27, DP=0,633) e no FILETOTAL (masculino – M=7,16, DP=1,063; feminino – M=10,68, DP=0,987), sendo que os homens apresentam, em ambas, médias mais baixas. O resultado mais elevado no FILE mostra que as mulheres (M=10,68; D.P.=0,987) percepcionam um nível mais elevado de s*tress* familiar, em comparação com os homens (M=7,16;D.P.=1,063).

Tabela 6. Efeito do nível socio-económico nos resultados do F-COPES, Qualidade de Vida e do FILE

	Baixo		Médio		Elevado		Anova/ /KRUSKAL WALLIS		*Diferenças Tuckey/LSD*
	M	*DP*	*M*	*DP*	*M*	*DP*	*F/Chi-Square*	*p*	
QUALIDADE DE VIDA									
Bem-estar financeiro	15,89	1,544	17,89	1,036	18,50	1,304	F=0,998	0,375	
Tempo	13,67	1,085	11,64	0,655	10,79	1,399	F=2,028	0,141	
Vizinhança e comunidade	18,56	1,202	17,82	1,007	16,29	1,531	X2=1,074	0,585	
Casa	17,50	1,106	18,54	0,784	18,86	0,960	X2=1,170	0,557	
Mass media	8,22	0,502	9,18	0,512	7,43	0,830	X2=4,138	0,126	
Relações Sociais e Saúde	13,17	0,556	14,86	0,524	15,29	0,787	X2=7,141	0,028	**Baixo≠Médio (p=0,15); Baixo≠ Elevado(p =0,022)**
Emprego	5,89	0,554	7,18	0,434	6,71	0,606	X2=2,722	0,256	
Religião	6,17	0,500	5,93	0,329	6,36	0,589	X2=0,592	0,774	
Família	6,61	0,537	7,39	0,393	8,50	0,572	X2=5,967	0,051	
Filhos	7,61	0,421	8,36	0,396	8,57	0,581	X2=4,770	0,092	
Educação	4,61	0,421	6,43	0,288	7,71	0,438	X2=18,799	0,000	**Baixo≠Médio (p=0,002); Baixo≠ Elevado(p=0, 000);Médio≠ Elevado (p=0,014)**
QVtotal	123,61	5,171	131,75	4,811	131,07	6,956	F=0,656	0,523	
F-COPES									
Aquisição de apoio social	29,67	1,316	27,07	1,135	28,29	1,002	F=1,254	0,293	
Reenquadra-mento	26,11	1,105	30,29	0,740	27,50	1,341	F=5,245	0,008	**Baixo≠Médio (p =0,008)**
Apoio Espiritual	11,67	1,114	7,75	0,762	7,93	0,886	X2=8,325	0,016	**Baixo≠Médio (p=0,004); Baixo≠ Elevado (p=0,032)**
Mobilização de apoio formal	8,11	0,517	7,04	0,495	6,50	0,790	F=1,686	0,194	
Avaliação Passiva	11,33	0,657	11,14	0,487	11,79	0,566	F=0,298	0,744	
Copestotal	92,22	3,103	88,61	2,644	88,00	3,148	F=0,531	0,591	
FILE									
FILETOTAL	10,33	1,549	9,89	1,164	7,93	1,357	X2=0,986	0,611	

Relativamente ao nível socio-económico (Tabela 6), verificámos que existem diferenças estatisticamente significativas entre as três sub-amostras em duas dimensões de F-COPES, *reenquadramento* (Baixo – M=26,11,DP=1,105; Médio – M=30,29,DP=0,740) e *apoio espiritual* (Baixo – M=11,67,DP=1,114; Médio – M=7,75,DP=0,762; Elevado – M=7,93, DP=0,886), tal como em duas dimensões do Qualidade de Vida, *relações sociais e saúde* (Baixo – M=13,17, DP=0,556; Médio – M=14,86, DP=0,524; Elevado – M=15,29, DP=0,787) e *educação* (Baixo – M=4,61, DP=0,421; Médio – M=6,43, DP=0,288; Elevado – M=7,71, DP=0,438). Verificámos que os sujeitos de nível socio-económico baixo apresentam valores mais baixos de *reenquadramento* e mais altos de *apoio espiritual*, relativamente às pessoas de nível socio-económico médio, tal como nesta última dimensão relativamente às pessoas de nível socio-económico elevado. Por seu lado, em relação às dimensões do Qualidade de Vida, as pessoas de nível socio-económico baixo diferem significativamente das pessoas de nível sócio económico médio, assim como estas diferem das de nível socio--económico elevado, que são as que apresentam maior satisfação com a qualidade de vida nas áreas referidas.

Tabela 7. Efeito da área de residência nos resultados do Qualidade de Vida, do F--COPES e do FILE

	Predominantemente urbano		Mediamente urbano		Predominantemente Rural		ANOVA/ /KRUSKAL WALLIS		*Diferenças Tuckey/LSD*
	M	*DP*	*M*	*DP*	*M*	*DP*	*F/Chi--Square*	p	
QUALIDADE DE VIDA									
Bem-estar financeiro	16,44	1,103	19,69	1,055	15,00	1,576	F=4,443	016	**M.urbano≠P. rural (p=0,019)**
Tempo	11,28	0,986	12,92	1,011	11,75	0,756	F=0,816	0,447	
Vizinhança e comunidade	16,83	1,001	19,08	1,361	16,75	0,766	X2=2,041	0,360	
Casa	18,06	0,838	19,23	0,825	17,31	1,164	X=1,732	0,421	
Mass media	8,22	0,558	8,58	0,650	8,63	0,499	X2=0,796	0,672	
Relações Sociais e Saúde	13,50	0,452	15,08	0,637	14,06	0,609	X2=3,564	0,168	
Emprego	7,06	0,446	6,85	0,516	6,00	0,563	X2=2,273	0,321	
Religião	5,78	0,495	6,65	0,396	5,44	0,329	X2=4,127	0,127	
Família	6,94	0,521	8,31	0,391	6,31	0,498	X2=10,113	0,006	**P.urbano≠M. urbano(p=0,023) ;M.urbano≠ P.rural (p=0,002)**
Filhos	8,67	0,291	8,69	0,313	6,69	0,694	X2=6,932	0,031	**P.urbano≠P. rural (p=0,027); M.urbano≠ P.rural (p=0,012**
Educação	6,22	0,367	6,54	0,448	5,75	0,504	X2=0,552	0,759	
QVtotal	125,00	3,937	138,12	5,503	119,56	5,467	F=3,743	0,030	**M.urbano≠P. rural (p=0,035)**

F-COPES									
Aquisição de apoio social	27,72	1,218	27,73	1,255	29,00	1,084	X2=0,684	0,710	
Reenquadramento	29,06	1,052	27,85	0,998	28,06	1,171	X2=1,497	0,473	
Apoio Espiritual	8,56	1,064	9,23	0,872	9,19	1,119	X2=0,451	0,798	
Mobilização de apoio formal	7,11	0,548	7,46	0,547	6,94	0,686	X2=0,561	0,755	
Avaliação Passiva	11,33	0,511	12,04	0,469	10,38	0,724	X2=5,339	0,069	
Copestotal	88,28	2,819	90,31	2,561	89,19	3,840	F=0,133	0,876	
FILE									
FILETOTAL	13,83	1,079	7,62	0,872	7,88	1,859	X=14,561	0,001	**P.urbano≠M. urbano (p=0,000); P.urbano≠P. rural (p=0,001)**

No que diz respeito à área de residência (Tabela 7), existem diferenças estatisticamente significativas na escala total do FILE (P.urbano – M=13,83, DP=1,079; M.urbano – M=7,62, DP=0,872; P.rural – M=7,88, DP=1,859), sendo que são os sujeitos que vivem em áreas predominantemente urbanas que apresentam valores mais elevados de percepção de *stress* familiar. Outra subescala que apresenta diferenças estatisticamente significativas é a escala total do Qualidade de Vida (M.urbano – M=138,12, DP=5,503; P.rural – M=119,56, DP=5,467), tal como as subescalas *bem-estar financeiro* (M.urbano – M=19,69, DP=1,055; P.rural – M=15,00, DP=1,576), *família* (P.urbano – M=6,94, DP=0,521; M.urbano – M=8,31, DP=0,391; P.rural – M=6,31, DP=0,498) e *filhos* (P.urbano – M=8,67, DP=0,291; M.urbano – M=8,69, DP=0,313; P.rural – M=6,69, DP=0,694). Nestas três subescalas e na escala total, são os sujeitos que habitam em áreas mediamente urbanas, que apresentam valores mais elevados de percepção de qualidade de vida.

Tabela 8. Efeito da religião nos resultados do Qualidade de Vida, do F-COPES e do FILE

	Religião Católica		Não Religião		ANOVA/MANN WHITNEY	
	M	*DP*	*M*	*DP*	*F/U*	*P*
QUALIDADE DE VIDA						
Bem-estar financeiro	17,46	1,448	17,75	0,750	U=260,500	0,021
Tempo	13,62	1,238	12,00	2,121	U=308,500	0,116
Vizinhança e comunidade	18,15	1,114	15,50	1,555	U=212,000	0,002
Casa	18,15	1,079	17,75	2,529	U=275,000	0,036
Mass media	8,46	0,676	7,75	1,493	U=291,500	0,065
Relações Sociais e Saúde	14,15	0,587	14,00	1,155	U=323,000	0,175
Emprego	6,62	0,549	7,75	0,750	U=183,500	0,000
Religião	5,38	0,385	6,50	0,500	U=228,500	0,003
Família	5,77	0,579	4,50	0,289	U=338,000	0,259
Filhos	8,15	0,373	4,50	1,443	U=343,500	0,291
Educação	6,38	0,488	6,00	0,913	U=250,500	0,012

QVtotal	128,54	5,930	120,00	2,160	F=11,408	0,001
F-COPES						
Aquisição de apoio social	32,69	0,850	29,75	2,658	F=3,964	0,051
Reenquadramento	30,23	1,014	25,00	1,780	F=1,646	0,205
Apoio Espiritual	14,08	0,560	6,50	1,658	U=97,500	0,000
Mobilização de apoio formal	7,85	0,775	8,00	1,581	F=0,980	0,326
Avaliação Passiva	12,31	0,746	13,00	1,354	U=390,500	0,766
Copestotal	103,15	2,275	88,00	8,879	F=5,196	0,026
FILE						
FILETOTAL	8,46	1,500	5,50	3,926	F=0,005	0,945

Em relação ao efeito da religião (Tabela 8), foi-nos possível verificar que existem diferenças estatisticamente significativas tanto nas escalas totais do Qualidade de Vida (Católica –M=128,54, DP=5,930; Não religião – M=120,00, DP=2,160) e do F-COPES (Católica –M=103,15, DP=2,275; Não religião – M=88,00, DP=8,879), como em várias subescalas destes instrumentos. Nas subescalas do Qualidade de Vida [*vizinhança e comunidade* (Católica –M=18,15, DP=1,114; Não religião – M=15,50, DP=1,555), *casa* (Católica –M=18,15, DP=1,079; Não religião – M=17,75, DP=2,529) e *educação* (Católica –M=6,38, DP=0,488; Não religião – M=6,00, DP=0,913)], tal como na escala total, as pessoas católicas têm médias mais elevadas, o que indica percepção de maior qualidade de vida familiar, comparativamente às pessoas não religiosas. Contudo, em algumas subescalas [*bem-estar financeiro* (Católica –M=17,46, DP=1,448; Não religião – M=17,75, DP=0,750), *emprego* (Católica –M=6,62, DP=0,549; Não religião – M=7,75, DP=0,750), *religião* (Católica – M=5,38, DP=0,385; Não religião – M=6,50, DP=0,500)], as pessoas não católicas apresentam valores mais elevados de percepção de qualidade de vida. Na subescala *apoio espiritual* (Católica – M=14,08, DP=0,560; Não religião – M=6,50, DP=1,658) e na escala total do F-COPES, as pessoas católicas apresentam valores mais elevados, em comparação com as não religiosas, o que mostra que as primeiras utilizam mais estratégias de *coping*.

3. Relação entre as variáveis sócio-demográficas e a percepção de *stress* familiar, das estratégias de *Coping* familiares *e* da *Qualidade de Vida* Familiar, nas famílias pós-divórcio

Tabela 9. Efeito da idade nos resultados do Qualidade de Vida, do F-COPES e do FILE

	Condição 1		Condição 2		MANN WHITNEY	
	M	*DP*	*M*	*DP*	*U*	*p*
QUALIDADE DE VIDA						
Bem-estar financeiro	19,00	1,648	16,22	1,441	U=24,000	0,245
Tempo	13,63	1,253	12,89	1,711	U=31,500	0,664
Vizinhança e comunidade	17,38	1,880	17,67	0,799	U=30,500	0,592
Casa	21,13	1,043	15,33	0,882	U=4,500	0,002
Mass media	9,00	1,134	7,67	0,527	U=25,500	0,306

Relações Sociais e Saúde	15,00	0,845	13,33	0,500	U=19,500	0,104
Emprego	7,25	0,559	6,56	0,729	U=28,000	0,429
Religião	6,25	0,250	5,11	0,539	U=14,500	0,024
Família	6,25	0,773	4,78	0,465	U=19,500	0,092
Filhos	7,00	1,150	7,56	0,412	U=31,000	0,621
Educação	7,50	0,463	5,22	0,434	U=8,000	0,006
QVtotal	135,38	7,819	118,67	4,010	U=19,000	0,102
F-COPES						
Aquisição de apoio social	29,88	1,586	33,89	0,455	U=12,500	0,023
Reenquadramento	29,38	1,295	28,67	1,607	U=30,500	0,593
Apoio Espiritual	11,00	1,336	13,44	1,355	U=21,000	0,144
Mobilização de Apoio formal	7,63	0,944	8,11	1,006	U=33,000	0,770
Avaliação Passiva	12,50	0,681	12,44	1,082	U=34,000	0,844
Copestotal	97,13	4,816	101,78	3,847	U=30,500	0,596
FILE						
FILETOTAL	6,25	1,980	9,11	2,071	U=26,000	0,334

Quanto à variável idade (Tabela 9), encontrámos diferenças estatisticamente significativas em várias subescalas do Qualidade de Vida [*casa* (Condição 1 – M=21,13, DP=1,043; Condição 2 – M=15,33;DP=0,882), *religião* (Condição 1 – M=6,25, DP=0,250; Condição 2 – M=5,11;DP=0,539) *e educação* (Condição 1 – M=7,50, DP=0,463; Condição 2 – M=5,22;DP=0,434)], sendo que foi o grupo composto por pessoas mais novas que mostrou maior satisfação com a qualidade de vida nestas áreas. Para além disso, também existem diferenças estatisticamente significativas na subescala *aquisição de apoio social* do F-COPES (Condição 1 – M=29,88, DP=1,586; Condição 2 – M=33,89;DP=0,455), sendo que são as pessoas mais velhas que apresentam uma média mais elevada, o que mostra que utilizam mais este tipo de estratégia de *coping*.

Relativamente ao efeito do género (Tabela 10), verificámos diferenças estatisticamente significativas em relação às duas amostras em duas subescalas do F-COPES, *filhos* (Masculino – M=3,33, DP=1,333; Feminino – M=8,14, DP=0,329) e *vizinhança e comunidade* (Masculino – M=14,00, DP=1,528; Feminino – M=18,29, DP=1,008), sendo que os sujeitos do sexo feminino apresentam níveis de percepção de satisfação maior nestas áreas.

Tabela 10. Efeito do género nos resultados do F-COPES, do Qualidade de Vida e do FILE

	MASCULINO		FEMININO		MANN WHITNEY	
	M	*DP*	*M*	*DP*	*U*	*p*
QUALIDADE DE VIDA						
Bem-estar financeiro	16,67	1,202	17,71	1,332	U=16,000	0,526
Tempo	11,67	1,333	13,57	1,244	U=17,000	0,613
Vizinhança e comunidade	14,00	1,528	18,29	1,008	U=5,000	0,041
Casa	18,67	3,333	17,93	1,024	U=18,500	0,751
Mass media	7,00	1,528	8,57	0,661	U=16,500	0,566

Relações Sociais e Saúde	14,33	1,202	14,07	0,579	U=17,000	0,606
Emprego	6,33	0,667	7,00	0,545	U=14,000	0,365
Religião	5,67	0,333	5,64	0,401	U=20,500	0,945
Família	4,33	0,333	5,71	0,539	U=13,000	0,284
Filhos	3,33	1,333	8,14	0,329	U=0,000	0,006
Educação	6,33	1,202	6,29	0,462	U=19,000	0,797
QVtotal	113,67	5,364	129,29	5,236	U=10,000	0, 166
F-COPES						
Aquisição de apoio social	28,00	2,646	32,86	0,824	U=7,500	0,086
Reenquadramento	25,00	1,528	29,86	1,073	U=6,500	0,065
Apoio Espiritual	8,67	3,283	13,07	0,892	U=11,000	0,203
Mobilização de Apoio formal	8,33	1,764	7,79	0,757	U=19,000	0,799
Avaliação Passiva	10,67	0,882	12,86	0,718	U=9,500	0,139
Copestotal	86,00	7,810	102,50	2,791	U=6,000	0,058
FILE						
FILETOTAL	2,33	1,856	8,93	1,546	U=5,500	0,050

No que diz respeito à variável nível socio-económico (Tabela 11), os resultados mostraram que existem diferenças estatisticamente significativas em duas subescalas do Qualidade de Vida, *bem-estar financeiro* (Baixo – M=19,00, DP=1,091; Médio – M=13,86, DP=1,335; Elevado – M=22,67, DP=1,856) e *educação* (Baixo – M=5,43, DP=0,429; Médio – M=6,14, DP=0,595; Elevado – M=8,67, DP=0,667), sendo que são as pessoas de nível socio-económico elevado que apresentam valores mais elevados de satisfação em relação a estas áreas.

Tabela 11. Efeito do nível socio-económico nos resultados do Qualidade de Vida, do F-COPES e do FILE

	Baixo		Médio		Elevado		KRUSKAL WALLIS		*Diferenças LSD*
	M	*DP*	*M*	*DP*	*M*	*DP*	*Chi-Square*	p	
QUALIDADE DE VIDA									
Bem-estar financeiro	19,00	1,091	13,86	1,335	22,67	1,856	X2=9,049	0,011	**Baixo≠Médio (p=0,008); Médio≠Eleva-do (p=0,002)**
Tempo	15,29	1,782	10,29	1,149	15,33	1,202	X2=5,580	0,061	
Vizinhança e comunidade	18,29	1,248	16,29	0,522	18,67	4,978	X2=2,173	0,337	
Casa	18,14	1,455	16,14	1,455	22,33	,333	X2=5,276	0,072	
Mass media	7,86	0,962	7,43	0,649	11,33	1,202	X2=5,070	0,0 79	
Relações Sociais e Saúde	13,86	1,100	14,43	0,528	14,00	1,000	X2=1,435	0,448	
Emprego	7,14	0,459	6,14	0,962	8,00	0,577	X2=2,344	0,310	
Religião	5,57	0,202	5,29	0,714	6,67	0,667	X2=2,501	0,286	
Família	5,43	0,685	5,00	0,577	6,67	1,764	X2=1,080	0,583	

Filhos	7,43	0,297	7,14	0,986	7,33	2,667	X2=0,799	0,671	
Educação	5,43	0,429	6,14	0,595	8,67	0,667	X2=7,572	0,023	**Baixo≠elevado (p=0,003); Médio≠elevado(p=0,022)**
QVtotal	129,57	5,273	114,00	3,457	148,67	15,603	X2=5,923	0,052	
F-COPES									
Aquisição de apoio social	33,00	1,113	33,00	1,272	27,33	2,028	X2=5,278	0,071	
Reenquadramento	28,43	1,066	30,00	1,952	28,00	3,215	X2=0,548	0,760	
Apoio Espiritual	13,57	0,812	11,86	1,779	10,33	3,480	X2=0,725	0,696	
Mobilização de apoio formal	9,14	0,857	7,86	1,079	5,00	1,155	X2=4,574	0,102	
Avaliação Passiva	12,14	1,243	12,86	0,962	12,33	0,882	X2=,301	0,860	
Copestotal	102,43	3,477	101,14	5,096	89,33	8,838	X2=1,602	0,449	
FILE									
FILETOTAL	9,00	2,370	5,86	2,040	9,33	4,256	X2=1,628	0,443	

Tabela 12. Efeito da religião nos resultados do Qualidade de Vida, do F-COPES e do FILE

	Religião Católica		Não Religião		MANN WHITNEY	
	M	*DP*	*M*	*DP*	*U*	*p*
QUALIDADE DE VIDA						
Bem-estar financeiro	17,46	1,448	17,75	0,750	U=25,500	0,955
Tempo	13,62	1,238	12,00	2,121	U=22,500	0,691
Vizinhança e comunidade	18,15	1,114	15,50	1,555	U=17,000	0,302
Casa	18,15	1,079	17,75	2,529	U=25,000	0,909
Mass media	8,46	0,676	7,75	1,493	U=23,500	0,774
Relações Sociais e Saúde	14,15	0,587	14,00	1,155	U=25,000	0,908
Emprego	6,62	0,549	7,75	0,750	U=19,500	0,449
Religião	5,38	0,385	6,50	0,500	U=12,500	0,095
Família	5,77	0,579	4,50	0,289	U=19,000	0,400
Filhos	8,15	0,373	4,50	1,443	U=6,000	0,020
Educação	6,38	0,488	6,00	0,913	U=24,000	0,817
QVtotal	128,54	5,930	120,00	2,160	U=20,000	0,497
F-COPES						
Aquisição de apoio social	32,69	0,850	29,75	2,658	U=17,000	0,304
Reenquadramento	30,23	1,014	25,00	1,780	U=8,000	0,040
Apoio Espiritual	14,08	0,560	6,50	1,658	U=,500	0,004
Mobilização de apoio formal	7,85	0,775	8,00	1,581	U=26,000	1,000
Avaliação Passiva	12,31	0,746	13,00	1,354	U=24,500	0,862
Copestotal	103,15	2,275	88,00	8,879	U=11,000	0,089
FILE						
FILETOTAL	8,46	1,500	5,50	3,926	U=15,500	0,233

Relativamente ao efeito da religião (Tabela 12), verificámos que existem diferenças estatisticamente significativas numa subescala do Qualidade de Vida [*filhos* (Católica – M=8,15, DP=0,373; Não religião – M=4,50, DP=1,443)], tal como em duas subescalas do F-COPES [*reenquadramento* (Católica – M=30,23, DP=1,014; Não religião – M=25,00, DP=1,780) e *apoio espiritual* (Católica – M=14,08, DP=0,560; Não religião – M=6,50, DP=1,658)], sendo que os sujeitos católicos apresentam médias mais elevadas nas três dimensões. Assim, podemos concluir que estas pessoas demonstram uma maior satisfação com a qualidade de vida familiar em relação à área dos filhos, tal como têm uma média mais elevada de recurso ao *reenquadramento* e ao *apoio espiritual* como estratégias de *coping*, comparativamente com os sujeitos não religiosos.

Tabela 13. Efeito da área de residência nos resultados do Qualidade de Vida, do F-COPES e do FILE

	Predominantemente urbano		Mediamente urbano		Predominantemente Rural		KRUSKAL WALLIS	
	M	*DP*	*M*	*DP*	*M*	*DP*	*Chi-Square*	p
QUALIDADE DE VIDA								
Bem-estar financeiro	18,33	1,994	20,00	1,483	14,67	1,706	X2=3,887	0,143
Tempo	13,50	2,473	14,60	1,806	11,83	1,014	X2=1,044	0,593
Vizinhança e comunidade	17,67	1,358	19,60	2,315	15,67	1,145	X2=2,204	0,332
Casa	18,00	1,592	18,80	2,354	17,50	1,500	X2=0,268	0,875
Mass media	7,83	0,946	10,00	1,304	7,33	0,760	X2=2,236	0,327
Relações Sociais e Saúde	13,67	0,667	15,40	1,288	13,50	0,619	X2=1,858	0,395
Emprego	7,67	0,715	6,80	0,800	6,17	0,872	X2=1,570	0,456
Religião	6,00	0,447	6,20	0,490	4,83	0,654	X2=2,333	0,311
Família	5,83	1,046	5,40	0,748	5,17	0,654	X2=0,103	0,950
Filhos	7,67	0,494	8,00	0,707	6,33	1,430	X2=0,325	0,850
Educação	5,83	0,833	6,20	1,020	6,83	0,307	X2=1,170	0,557
QVtotal	128,67	7,491	137,20	11,025	115,50	3,284	X2=4,065	0,131
F-COPES								
Aquisição de apoio social	33,50	1,025	31,20	1,800	31,17	1,887	X2=0,394	0,821
Reenquadramento	28,33	1,994	28,60	0,678	30,00	2,191	X2=0,449	0,799
Apoio Espiritual	11,83	1,682	13,20	0,970	12,00	2,221	X2=0,175	0,916
Mobilização de apoio formal	7,17	1,108	9,40	1,030	7,33	1,282	X2=2,227	0,328
Avaliação Passiva	11,67	0,955	12,60	1,568	13,17	0,946	X2=0,647	0,724

Copestotal	97,83	5,294	101,80	3,121	99,50	6,776	X2=0,310	0,856
FILE								
FILETOTAL	10,33	1,726	6,80	2,354	6,00	3,162	X2=3,614	0,164

No que concerne às famílias pós-divórcio, não se encontram diferenças significativas entre as subamostras na variável área de residência (Tabela 13).

4. Relação entre as variáveis sócio-demográficas e a percepção de *stress* familiar, das estratégias de *Coping* familiares *e* da *Qualidade de Vida* Familiar, nas famílias reconstruídas

Tabela 14. Efeito da idade nos resultados do Qualidade de Vida, do F-COPES e do FILE

	Condição1		Condição 2		MANN WHITNEY	
	M	*DP*	*M*	*DP*	*U*	*p*
QUALIDADE DE VIDA						
Bem-estar financeiro	16,54	1,358	18,75	1,205	U=179,000	0,150
Tempo	10,83	0,874	12,70	0,946	U=192,000	0,256
Vizinhança e comunidade	17,17	1,333	18,80	1,116	U=196,500	0,304
Casa	17,67	0,851	19,35	0,941	U=185,000	0,193
Mass media	8,75	0,660	8,50	0,516	U=225,000	0,721
Relações Sociais e Saúde	14,88	0,632	14,10	0,661	U=198,500	0,324
Emprego	6,92	0,421	6,30	0,653	U=218,500	0,604
Religião	5,79	0,417	6,85	0,460	U=170,000	0,086
Família	8,29	0,392	8,00	0,397	U=212,500	0,502
Filhos	8,29	0,383	8,65	0,418	U=208,000	0,429
Educação	6,00	0,376	6,45	0,540	U=177,000	0,132
QVtotal	127,08	5,585	134,95	5,592	U=192,000	0,258
F-COPES						
Aquisição de apoio social	27,25	1,015	25,70	1,250	U=182,500	0,174
Reenquadramento	29,17	0,955	26,70	1,119	U=185,500	0,197
Apoio Espiritual	7,75	0,546	7,65	1,113	U=179,000	0,145
Mobilização de Apoio formal	7,79	0,493	6,00	0,513	U=141,000	0,019
Avaliação Passiva	11,50	0,489	10,30	0,487	U=174,000	0,116
Copestotal	89,75	2,228	80,40	2,113	U=119,500	0,004
FILE						
FILETOTAL	11,08	1,222	9,05	1,321	U=193,500	0,272

Após procedermos à análise estatística, foi possível concluir, em relação à variáveis idade (Tabela 14), existem diferenças significativas entre as duas amostras ao nível da escala total do F-COPES (Condição 1 – M=89,75, DP=2,228; Condição 2 – M=80,40, DP=2,113), tal como da subescala *mobilização de apoio formal* (Condição 1 – M= 7,79, DP=0,493; Condição 2 – M=6,00, DP=0,513), sendo que os sujeitos mais velhos

apresentam médias mais baixas nestas dimensões.

Tabela 15. Efeito do género nos resultados do Qualidade de Vida, do F-COPES e do FILE

	Masculino		Feminino		MANN WHITNEY	
	M	*DP*	*M*	*DP*	*U*	*P*
QUALIDADE DE VIDA						
Bem-estar financeiro	18,38	1,434	16,62	1,261	U=190,500	0,346
Tempo	12,25	1,160	11,15	0,828	U=179,500	0,226
Vizinhança e comunidade	18,50	1,405	17,23	1,203	U=197,500	0,440
Casa	19,13	1,118	18,04	0,829	U=195,500	0,410
Mass media	8,31	0,734	8,58	0,538	U=206,000	0,568
Relações Sociais e Saúde	15,13	0,706	14,08	0,602	U=193,000	0,375
Emprego	6,50	0,689	6,62	0,474	U=229,000	0,990
Religião	6,25	0,574	6,23	0,405	U=213,500	0,688
Família	8,44	0,465	7,96	0,366	U=207,500	0,583
Filhos	8,38	0,407	8,69	0,379	U=190,000	0,318
Educação	5,75	0,520	6,38	0,419	U=223,000	0,874
QVtotal	133,25	5,947	127,69	5,589	U=192,000	0,336
F-COPES						
Aquisição de apoio social	27,69	1,431	25,88	1,005	U=225,000	0,913
Reenquadramento	26,75	1,499	28,88	0,820	U=173,000	0,172
Apoio Espiritual	8,00	1,162	7,46	0,682	U=220,500	0,826
Mobilização de Apoio formal	7,13	0,657	6,85	0,501	U=218,000	0,780
Avaliação Passiva	10,56	0,532	11,12	0,500	U=213,500	0,696
Copestotal	85,50	3,066	85,42	2,181	U=217,500	0,772
FILE						
FILETOTAL	8,06	1,086	11,81	1,279	U=154,000	0,068

Relativamente à variável género (Tabela 15), não se encontram diferenças significativas entre as subamostras.

Tabela 16. Efeito do nível socio-económico nos resultados do F-COPES, do Qualidade de Vida e do FILE

	Baixo		Médio		Elevado		KRUSKAL WALLIS		*Diferenças LSD*
	M	*DP*	*M*	*DP*	*M*	*DP*	*Chi--Square*	p	
QUALIDADE DE VIDA									
Bem-estar financeiro	13,91	2,274	19,10	1,231	17,36	1,422	X2=4,196	0,123	
Tempo	12,64	1,337	12,10	0,814	9,55	1,563	X2=3,107	0,212	
Vizinhança e comunidade	18,73	1,849	18,30	1,388	15,64	1,527	X2=1,145	0,564	
Casa	17,09	1,598	19,50	0,905	17,91	1,048	X2=2,170	0,338	

Mass media	8,45	0,578	9,65	0,621	6,36	0,730	X2=10,494	0,005	**Médio≠Elevado (p=0,001)**
Relações Sociais e Saúde	12,73	0,589	14,80	0,683	15,64	0,956	X2=6,205	0,045	**Baixo≠Médio (p=0,028); Baixo≠Elevado (p =0,021)**
Emprego	5,09	0,780	7,50	0,495	6,36	0,730	X2=6,478	0,039	**Baixo≠Médio (p=0,013)**
Religião	6,55	0,802	6,05	0,373	6,27	0,740	X2=0,050	0,976	
Família	7,36	0,691	8,10	0,347	9,00	0,505	X2=4,060	0,131	
Filhos	7,73	0,675	8,85	0,399	8,91	0,343	X2=2,614	0,271	
Educação	4,09	0,595	6,55	0,352	7,45	0,511	X2=13,145	0,001	**Baixo≠Médio (p=0,003); Baixo≠Elevado (p=0,000)**
QVtotal	119,82	7,750	137,25	6,065	126,27	7,486	X2=3,417	0,181	
F-COPES									
Aquisição de apoio social	27,55	1,786	24,95	1,224	28,55	1,186	X2=3,282	0,194	
Reenquadramento	24,64	1,551	30,35	0,815	27,36	1,551	X2=9,591	0,008	**Baixo≠Médio (p=0,002)**
Apoio Espiritual	10,45	1,681	6,35	0,625	7,27	0,662	X2=5,059	0,080	
Mobilização de apoio formal	7,45	0,593	6,70	0,581	6,91	0,939	X2=,548	0,760	
Avaliação Passiva	10,82	0,736	10,55	0,545	11,64	0,691	X2=2,572	0,276	
Copestotal	85,73	3,366	84,10	2,658	87,64	3,475	X2=,582	0,748	
FILE									
FILETOTAL	11,18	2,084	11,50	1,327	7,55	1,410	X2=2,754	0,252	

Quanto à variável nível socio-económico (Tabela 16), percebemos que existem diferenças estatisticamente significativas em várias subescalas do Qualidade de Vida [*mass media* (Médio – M=9,65, DP=0,621; Elevado M=6,36, DP=0,730), *relações sociais e saúde* (Baixo – M=12,73, DP=0,589; Médio – M=14,80, DP=0,683; Elevado – M=15,64, DP=0,956), *emprego* (Baixo – M=5,09, DP=0,780; Médio – M=7,50, DP=0,495) e *educação* (Baixo – M=4,09, DP=0,595; Médio – M=6,55, DP=0,352; Elevado M=7,45, DP=0,511)], nas quais as famílias de baixo nível socio-económico apresentam valores mais baixos de satisfação. Para além disso, também foi possível verificar diferenças estatisticamente significativas na subescala *reenquadramento* (Baixo – M=24,64, DP=1,551; Médio – M=30,35, DP=0,815) do F-COPES, na qual também são as famílias de baixo nível

socio-económico que apresentam médias mais baixas.

Tabela 17. Efeito da área de residência nos resultados do Qualidade de Vida, do F-COPES e do FILE

	Predominantemente urbano		Mediamente urbano		Predominantemente Rural		KRUSKAL WALLI		*Diferenças LSD*
	M	*DP*	*M*	*DP*	*M*	*DP*	*Chi--Square*	p	
QUALIDADE DE VIDA									
Bem-estar financeiro	15,50	1,294	19,40	1,317	15,20	2,375	X2=4,865	0,088	
Tempo	10,17	0,726	12,35	1,223	11,70	1,086	X2=2,430	0,297	
Vizinhança e comunidade	16,42	1,362	18,65	1,667	17,40	1,002	X2=1,354	0,508	
Casa	18,08	1,026	19,30	0,932	17,20	1,692	X2=1,265	0,531	
Mass media	8,42	0,712	8,05	0,749	9,40	0,542	X2=1,839	0,399	
Relações Sociais e Saúde	13,42	0,609	15,15	0,762	14,40	0,909	X2=2,273	0,321	
Emprego	6,75	0,566	6,80	0,647	5,90	0,767	X2=1,599	0,450	
Religião	5,67	0,721	6,80	0,501	5,80	0,327	X2=2,183	0,336	
Família	7,50	0,544	9,10	0,289	7,00	0,615	X2=10,563	0,005	**P.urbano≠M.urbano(p=0,011); M.urbano≠P.rural(p=0,002)**
Filhos	9,17	0,271	9,05	0,303	6,90	0,767	X2=7,480	0,024	**P.urbano≠P.rural (p=0,010); M.urbano≠P.rural (p=0,013)**
Educação	6,42	0,379	6,50	0,521	5,10	0,722	X2=2,563	0,278	
QVtotal	123,17	4,718	137,70	6,704	122,00	8,623	X2=3,620	0,164	
F-COPES									
Aquisição de apoio social	24,83	0,960	27,05	1,517	27,70	1,202	X2=2,596	0,273	
Reenquadramento	29,42	1,276	27,85	1,278	26,90	1,286	X2=2,987	0,225	
Apoio Espiritual	6,92	1,118	8,20	0,994	7,50	0,922	X2=1,734	0,420	
Mobilização de apoio formal	7,08	0,645	7,00	0,628	6,70	0,831	X2=,196	0,907	
Avaliação Passiva	11,17	0,626	11,85	0,488	8,70	0,517	X2=13,665	0,001	**P.urbano≠P.rural (p=0,006); M.urbano≠P.rural (p=0,000)**

Copestotal	83,50	2,414	87,85	2,910	83,00	3,559	X2=2,551	0,279	
FILE									
FILETOTAL	15,58	1,090	7,95	0,988	9,00	2,348	X2=14,046	0,001	**P.urbano≠M.urbano(p=0,000); P.urbano≠P.rural(p=0,002)**

Também a área de residência (Tabela 17) tem algum impacto nas variáveis dependentes que nos propusemos estudar, sendo que existem diferenças significativas em várias subescalas, quer do Qualidade de Vida [*filhos* (P.urbano – M=9,17, DP=0,271; M.urbano – M=9,05, DP=0,303; P.rural – M=6,90, DP=0,767) e *família* (P.urbano – M=7,50, DP=0,544; M.urbano – M=9,10, DP=0,289; P.rural – M=7,00, DP=0,615)], quer do F--COPES [*avaliação passiva* (P.urbano – M=11,17, DP=0,626; M.urbano – M=11,85, DP=0,488; P.rural – M=8,70, DP=0,517)], quer na escala total do FILE (P.urbano – M=15,58, DP=1,090; M.urbano – M=7,95, DP=0,988; P.rural – M=9,00, DP=2,348). Relativamente ao FILE, as famílias que apresentam uma percepção de maior *stress* familiar são os sujeitos que vivem em zonas predominantemente urbanas. Quanto à dimensão *filhos* do Qualidade de Vida, são as pessoas que residem em meios predominantemente urbanos que apresentam valores mais elevados de satisfação nestas áreas. Por seu lado, na dimensão *família*, são os sujeitos que vivem em meios mediamente urbanos que apresentam valores mais elevados de percepção de satisfação com a qualidade de vida nesta área. Por fim, em relação à subescala *avaliação passiva* (F-COPES), são as pessoas que vivem em áreas predominantemente rurais que apresentam médias mais baixas.

Tabela 18. Efeito da religião nos resultados do Qualidade de Vida, do F-COPES e do FILE

	Religião Católica		Não Religião		MANN WHITNEY	
	M	*DP*	*M*	*DP*	*U*	*p*
QUALIDADE DE VIDA						
Bem-estar financeiro	14,96	1,203	20,71	1,143	U=115,500	0,009
Tempo	10,32	0,856	13,41	0,947	U=132,500	0,027
Vizinhança e comunidade	15,12	1,040	21,53	1,160	U=79,000	0,000
Casa	17,16	0,875	20,35	0,849	U=128,000	0,020
Mass media	7,48	0,425	9,94	0,740	U=130,500	0,023
Relações Sociais e Saúde	13,96	0,601	15,24	0,699	U=163,500	0,149
Emprego	5,48	0,421	8,18	0,544	U=83,000	0,000
Religião	5,68	0,454	7,06	0,397	U=133,000	0,023
Família	7,84	0,411	8,59	0,354	U=174,500	0,233
Filhos	8,76	0,328	8,29	0,498	U=206,500	0,705
Educação	5,24	0,375	7,47	0,421	U=102,500	0,003
QVtotal	117,44	4,191	148,00	5,786	U=82,000	0,001
F-COPES						
Aquisição de apoio	27,40	1,178	25,35	1,060	U=206,500	0,705

social						
Reenquadramento	26,52	0,968	30,35	1,067	U=135,000	0,032
Apoio Espiritual	9,24	0,835	5,35	0,461	U=67,500	0,000
Mobilização de apoio formal	7,28	0,524	6,47	0,595	U=180,000	0,305
Avaliação Passiva	10,76	0,530	11,12	0,484	U=197,000	0,546
Copestotal	86,84	2,502	83,41	2,326	U=181,000	0,320
FILE						
FILETOTAL	10,36	1,274	10,41	1,372	U=210,000	0,784

Quanto à variável religião (Tabela 18), foi possível verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas na escala total do Qualidade de Vida (Católica – M=117,44, DP=4,191; Não religião – M=148,00, DP=5,786), tal como em várias subescalas [*bem-estar financeiro* (Católica – M=14,96, DP=1,203; Não religião – M=20,71, DP=1,143), *tempo* (Católica – M=10,32, DP=0,856; Não religião – M=13,41, DP=0,947), *vizinhança e comunidade* (Católica – M=15,12, DP=1,040; Não religião – M=21,53, DP=1,160), *casa* (Católica – M=17,16, DP=0,875; Não religião – M=20,35, DP=0,849), *mass media* (Católica – M=7,48, DP=0,425; Não religião – M=9,94, DP=0,740), *emprego* (Católica – M=5,48, DP=0,421; Não religião – M=8,18, DP=0,544), *religião* (Católica – M=5,68, DP=0,454; Não religião – M=7,06, DP=0,397) *e educação* (Católica – M=5,24, DP=0,375; Não religião – M=7,47, DP=0,421)], sendo que as pessoas não religiosas demonstram uma maior satisfação com a qualidade de vida em todas estas dimensões. Para além disso, também verificámos diferenças estatisticamente significativas em duas das subescalas do F--COPES [*reenquadramento* (Católica – M=26,52, DP=0,968; Não religião – M=30,35, DP=1,067) *e apoio espiritual* (Católica – M=9,24, DP=0,835; Não religião – M=5,35, DP=0,461)], sendo que os sujeitos católicos apresentam médias mais baixas na primeira dimensão e os não católicos na segunda.

V – Discussão

Como referimos inicialmente, as duas "novas" formas de família que nos propusemos a estudar são cada vez mais frequentes nos dias de hoje. Isto levou-nos a considerar relevante tentar perceber o impacto deste fenómeno, tal como a sua influência na forma como estas famílias percepcionam o *stress* familiar, a qualidade de vida familiar e as estratégias de *coping* familiares. Por outro lado, também pretendemos verificar as influências de algumas variáveis sociodemográficas, que podem mediar esta relação.

Esta investigação integra-se numa perspectiva sistémica, o que faz com que consideremos importante ter em conta o impacto destas duas "novas" formas de família, quer a nível familiar, quer a nível de outros sistemas que integram as vivências deste. Desta forma, optámos por escolher instrumentos de avaliação que permitissem ter em conta esta multiplicidade de sistemas, já que qualquer mudança num destes sistemas provocará mudanças no outro sistema.

1. "Novas" formas de família

Depois do nosso estudo, concluímos que famílias pós-divórcio apresentam um valor mais elevado de estratégias de *coping* familiar, comparativamente com as famílias reconstruídas, tal como também apresentam médias mais elevadas nas dimensões *aquisição de apoio social*, *apoio espiritual* e *avaliação passiva*. Estes dados estão de acordo com o que referimos no enquadramento teórico, visto que alguns autores falam na necessidade de apoio social que as famílias pós-divórcio apresentam e identificam várias fontes de apoio: a família de origem (Gameiro, 2001; Peck & Manocherian, *in* Carter, McGoldrick, & cols., 1995), apoio extrafamiliar (Hetherington, Law, & O'Connor, 1993), amigos e colegas (Peck & Manocherian, *in* Carter, McGoldrick, & cols., 1995). Esta ideia vem contrariar o que Brown (*in* Carter, McGoldrick, & cols., 1995) descreve como algum isolamento social nestes indivíduos, já que considera que o progenitor que fica sozinho pode acabar por se afastar dos amigos do casal (Brown, *in* Carter, McGoldrick, & cols., 1995). Por seu lado, Greff e Van Der Merwe (2004) consideram que os recursos internos do sistema familiar e apoio social têm um papel fundamental na capacidade de adaptação da família a uma crise, neste caso o divórcio. Walsh (1998, *in* Greeff & Van Der Merwe, 2004) acrescenta a importância do papel da fé religiosa, da espiritualidade, da crença, da esperança, que podem ser aspectos enquadrados no apoio espiritual. Por fim, Greff e Van Der Merwe (2004) concluíram que existem vários factores de resiliência, que podem ajudar as famílias após o divórcio: apoio intra-familiar, apoio da família, apoio dos amigos e fé.

Relativamente às subescalas do Qualidade de Vida, encontrámos diferenças estatisticamente significativas nas subescalas *família* e *filhos*, sendo que as famílias reconstruídas apresentam médias mais elevadas, o que indica uma maior satisfação com a qualidade de vida nestas áreas. Durante o enquadramento teórico abordámos as dificuldades que um pós-divórcio acarreta, que podem fazer com que a percepção acerca da satisfação com a qualidade de vida nestas áreas seja menor. O divórcio envolve sentimentos de insatisfação, tal como afecta os filhos do casal (Gameiro, 2001), daí estes sujeitos apresentarem níveis de satisfação de qualidade de vida mais baixos. Por outro lado, o facto de os indivíduos, que fazem parte de famílias pós-divórcio, apresentarem um nível mais baixo de satisfação, nestas áreas, pode estar relacionado com o facto de se separarem com esperança de melhorar a qualidade de vida da família, contudo, isto pode não acontecer, já que o divórcio pode criar novas soluções, mas também novos problemas, implicando mudanças no quotidiano e nas relações íntimas, tal como um conjunto de perdas (sonhos, objectivos a atingir, etc.) (Pinto & Pereira, 2005). Para além disso, de acordo com a ideia de Carter e McGoldick (1995), o início de um novo relacionamento envolve a recuperação, em relação à perda do primeiro casamento. Por seu lado, Gameiro (2001) considera que esta nova família ajuda a concluir o luto pela família quebrada, envolvendo uma maior satisfação dos sujeitos. Assim, o facto de pertencer a uma família reconstruída pode aumentar a percepção de

satisfação com a qualidade de vida.

No nosso estudo, não verificámos diferenças estatisticamente significativas entre as duas formas de família no que diz respeito à percepção de *stress* familiar. No que concerne às famílias pós-divórcio, isto pode sugerir que, tal como referimos no enquadramento teórico, apesar de a maior parte das crianças e pais experienciam o divórcio como *stressante*, a maioria consegue adaptar-se à sua nova forma de vida em poucos anos (Hetherington, Law, & O'Connor, 1993). O mesmo se verifica nas famílias reconstruídas, nas quais, segundo Alarcão (2006), após ser ultrapassado o período de tensão inicial, existe um processo de desenvolvimento semelhante às famílias nucleares intactas, sendo que estas famílias podem constituir um espaço de crescimento individual e familiar. Por outro lado, durante todo o enquadramento teórico fizemos a exposição de várias fontes de *stress* a que estas famílias estão sujeitas. Assim, o facto de não se diferenciarem pode estar relacionado com a ideia de que ambas têm que se reorganizar e lidar com uma crise acidental (divórcio/recasamento) e com as futuras crises naturais, relacionadas com o desenvolvimento familiar (Relvas & Alarcão, 2007).

De acordo com a revisão bibliográfica que efectuámos, era de esperar que existissem diferenças estatisticamente significativas entre estas duas formas de família a nível do *bem-estar financeiro* (Qualidade de Vida). Nomeadamente, seria de esperar que as famílias pós-divórcio apresentassem níveis de satisfação mais baixos, já que alguns autores referem as dificuldades financeiras com que elas se deparam (Greff & Van Der Merwe, 2004; Brown, *in* Carter, McGoldrick, & cols., 1995), sendo que o divórcio conduz a mudanças nas circunstâncias económicas (Thompson e Rudolph, 2000, *in* Greff & Van Der Merwe, 2004). Contudo, talvez não se tenham verificado diferenças devido ao facto de as famílias reconstruídas serem constituídas por "os meus, os teus e os nossos" (Gameiro, 2001, p. 9), o que leva a que existam mais encargos financeiros.

Para além disso, também seria de esperar que existissem diferenças estatisticamente significativas entre estas duas formas de famílias a nível do *tempo* (Qualidade de Vida). Designadamente, seria de esperar que as famílias pós-divórcio apresentassem níveis de satisfação mais baixos nesta área, já que, segundo Peck e Manocherian (1995) ambos os progenitores deixam de ter tanto tempo para os filhos: as mães, que ficam com a guarda dos filhos, têm que lidar com dificuldades financeiras e com a sobrecarga de trabalho, ao mesmo tempo que cuidam da casa e dos filhos, por seu lado, os pais sofrem com a perda de contacto diário com os filhos, sentindo-se mais distantes e menos ligados a estes. Contudo, estas diferenças não se verificaram no nosso estudo empírico.

Por fim, também poderíamos esperar que se verificassem diferenças estatisticamente significativas entre estas duas formas de famílias a nível da dimensão *vizinhança e comunidade* (Qualidade de Vida), uma vez que isto aconteceu em relação à dimensão *aquisição de apoio social* (F-COPES). Nomeadamente, seria de esperar que as famílias pós-divórcio apresentassem níveis de satisfação mais altos nesta área, já que estes podem ser dois

preciosos grupos aos quais as famílias podem recorrer, quando mais necessitam de apoio social.

2. Idade

No que concerne à variável idade, apenas encontrámos diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ao analisar as famílias pós-divórcio e reconstruídas separadamente. No que diz respeito às famílias pós-divórcio, o grupo composto por pessoas mais novas mostrou maior satisfação com a qualidade de vida nas seguintes áreas: *casa, religião e educação*. Para além disso, as pessoas mais velhas apresentam uma média mais elevada na subescala *aquisição de apoio social* do F-COPES, o que mostra que utilizam mais este tipo de estratégia de *coping*. Por outro lado, no grupo das famílias reconstruídas, os sujeitos mais velhos apresentam médias mais baixas na escala total do F-COPES e na subescala *mobilização de apoio formal*.

Assim, o facto de pertencer a um grupo etário mais baixo, nas famílias pós-divórcio, pode aparecer como um factor facilitador em termos de percepção da satisfação com a qualidade de vida.

3. Género

Relativamente à variável mediadora género, verificámos diferenças estatisticamente significativas entre as duas condições ao analisarmos as duas formas de família em conjunto e as famílias pós divórcio separadamente.

No primeiro caso, verificámos que os homens apresentam médias mais baixas na subescala *reenquadramento* do F-COPES e na escala total do FILE (isto mostra que as mulheres percepcionam um nível mais elevado de s*tress* familiar). Desta forma, o facto de ser do sexo masculino funciona como factor protector, no que concerne à percepção de *stress* familiar.

Quanto às famílias pós-divórcio, os sujeitos do sexo feminino apresentam níveis de percepção de satisfação maiores nas subescalas *filhos* e *vizinhança e comunidade* (do F-COPES). Assim, o facto de ser do sexo feminino parece funcionar como facto de facilitador relativamente à percepção de satisfação com a qualidade de vida familiar, nesta "nova" forma de família.

4. Nível socio-económico

Ao analisar as duas formas de família em conjunto, verificámos que sujeitos de nível socio-económico baixo apresentam valores mais baixos de *reenquadramento* e mais altos de *apoio espiritual*, relativamente às pessoas de nível socio-económico médio, tal como nesta última dimensão relativamente às pessoas de nível socio-económico elevado. Por seu lado, em relação às dimensões do Qualidade de Vida em que se verificaram diferenças estatisticamente significativas (*relações sociais e saúde* e *educação*), as pessoas de nível socio-económico baixo diferem significativamente das pessoas de nível sócio económico médio, assim como estas diferem das de nível socio-económico elevado, que são as que

apresentam maior satisfação com a qualidade de vida. Desta forma, o facto de se pertencer ao nível socio-económico elevado pode funcionar como uma factor facilitador, relativamente à percepção de satisfação com a qualidade de vida.

Após a análise das famílias pós-divórcio, os resultados mostraram que existem diferenças estatisticamente significativas em duas subescalas do Qualidade de Vida, *bem-estar financeiro* e *educação,* sendo as pessoas de nível socio-económico elevado que apresentam valores mais elevados de satisfação em relação a estas áreas. Isto mostra que, tal como no caso anterior, o facto de pertencer ao nível socio-económico elevado pode funcionar como uma factor facilitador, relativamente à percepção de satisfação com a qualidade de vida. Esta conclusão está de acordo com uma ideia de Greff e Van Der Merwe (2004), que consideram que a segurança financeira e do trabalho também pode funcionar como factores de suporte, nestas famílias.

. Relativamente à análise das famílias reconstruídas, foi possível perceber que existem diferenças estatisticamente significativas em várias subescalas do Qualidade de Vida (*mass media, relações sociais e saúde, emprego* e *educação*), nas quais as famílias de baixo nível socio-económico apresentam valores mais baixos de satisfação. Isto mostra que o facto de pertencer ao nível socio-económico baixo funciona como um factor de vulnerabilidade nesta área. Para além disso, também foi possível verificar diferenças estatisticamente significativas na subescala *reenquadramento* do F-COPES, na qual também são as famílias de baixo nível socio-económico que apresentam médias mais baixas.

5. Área de residência

Tanto no estudo das duas formas de família em conjunto, como no estudo das famílias reconstruídas, verificámos que são os sujeitos que vivem em áreas predominantemente urbanas que apresentam valores mais elevados de percepção de *stress* familiar (FILE), o que mostra que viver nestas áreas pode ser um factor de vulnerabilidade. Este aspecto pode estar relacionado com o facto de estas famílias estarem sujeitas a um dia-a-dia mais *stressante*, característico destas áreas.

Por outro lado, no que respeita à percepção da qualidade de vida familiar, os sujeitos que habitam em áreas mediamente urbanas apresentam valores mais elevados de percepção de qualidade de vida em várias subescalas (*bem-estar financeiro*, *família* e *filhos*) e na escala total. Assim, o facto de viver nestas área pode ser considerado um factor facilitador em termos da percepção da satisfação com a qualidade de vida familiar. Isto pode estar relacionado com o facto de, nestas áreas, as famílias terem acesso a melhores condições de vida, já que não envolve tanto s*tress* como nas áreas predominantemente urbanas e, ao mesmo tempo, oferece melhores condições de vida do que as áreas predominantemente rurais, tanto a nível profissional (o que influencia o *bem-estar financeiro*), como a nível familiar. Quanto às famílias reconstruídas também foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em duas subescalas do Qualidade de Vida

(*família* e *filhos*), sendo que as pessoas que residem em meios predominantemente urbanos que apresentam valores mais elevados de percepção de satisfação na dimensão *filhos* e as pessoas que residem em meios mediamente urbanos apresentam valores mais elevados na dimensão *família*.

Por fim, em relação à subescala *avaliação passiva* (F-COPES), são as pessoas que vivem em áreas predominantemente rurais que apresentam médias mais baixas. Este aspecto pode estar relacionado com o facto de estas pessoas poderem recorrer mais facilmente a outras estratégias de *coping*, como pedir apoio a outras pessoas, já que nestas zonas as pessoas conhecem mais gente a quem podem recorrer quando necessitam de apoio.

6. Religião

Ao analisar as duas formas de família em conjunto, verificámos que existem diferenças estatisticamente significativas no Qualidade de Vida, nomeadamente em algumas subescalas: *bem-estar financeiro, emprego* e *religião*, nas quais as pessoas católicas têm médias mais baixas, o que indica percepção de menor qualidade de vida familiar, comparativamente às pessoas não religiosas. Assim, o facto de pertencer à religião católica pode aparecer como um factor de vulnerabilidade, talvez porque as pessoas que fazem parte de famílias reconstruídas, após passarem por um divórcio, estão a "ir contra" a sua religião, sendo que a religião católica apenas aceita o recasamento após a viuvez. Relativamente ao F-COPES, tanto na escala total, como na subescala *apoio espiritual*, são as pessoas católicas apresentam valores mais elevados, em comparação com as não religiosas, o que mostra que as primeiras utilizam mais estratégias de *coping*. Este facto é compreensível se tivermos em conta que estas pessoas podem encontrar na religião e no apoio espiritual que obtêm desta uma grande fonte de suporte.

Relativamente ao estudo das famílias pós-divórcio separadamente, verificámos que existem diferenças estatisticamente significativas numa subescala *filhos* do Qualidade de Vida, tal como nas duas subescalas *reenquadramento* e *apoio espiritual* do F-COPES, sendo que os sujeitos católicos apresentam médias mais elevadas nas três dimensões. Assim, podemos concluir que, neste caso, a religião católica aparece como um factor facilitador. Esta conclusão está de acordo com o nosso enquadramento teórico, no qual Greff e Van Der Merwe (2004) defendiam que um dos factores que promovem a resiliência e o bem-estar nas famílias pós-divórcio é a fé.

Quanto à analise das famílias reconstruídas separadamente, foi possível verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas na escala total do Qualidade de Vida, tal como em várias subescalas, nomeadamente *bem-estar financeiro, tempo, vizinhança e comunidade, casa, mass media, emprego, religião* e *educação*, sendo que as pessoas não religiosas demonstram uma maior satisfação com a qualidade de vida em todas estas dimensões. Assim, o facto de não ter nenhuma religião aparece como factor facilitador, tal como aconteceu no estudo conjunto das duas formas de família. Para além disso, também verificámos diferenças

estatisticamente significativas em duas das subescalas do F-COPES, nomeadamente *reenquadramento* e *apoio espiritual*, sendo que os sujeitos não católicos apresentam médias mais elevadas na primeira dimensão e os católicos na segunda. O facto de os sujeitos religiosos recorreram mais ao a*poio espiritual* pode estar relacionado com o facto de acreditarem que Deus os pode ajudar, enquanto que os sujeitos não religiosos acreditam que dependem mais dos seus recursos e capacidades, talvez por isso recorram mais ao *reenquadramento*.

7. Limites do estudo e propostas de investigação futuras

No que concerne aos limites do nosso estudo, podemos apontar o facto de termos uma amostra limitada, nomeadamente a nível da sub--amostra de sujeitos pertencentes a famílias pós-divórcio (n=17). Para além disso, pensamos que o facto de não termos informação acerca da etapa do ciclo vital em que ocorreram o divórcio e o recasamento constituiu um limite, não permitindo que estudássemos a influência da etapa do ciclo vital nas nossas variáveis dependentes.

Assim, pensamos que poderemos deixar algumas propostas, que podem ser relevantes nesta área. Em primeiro lugar, consideramos importante que sejam elaborados mais estudos nesta área, ainda pouco desenvolvida, de forma a poder conhecer melhor e ter uma intervenção mais eficaz com estas formas de famílias, tão iguais e tão diferentes das famílias nucleares intactas e cada vez mais frequentes. Por outro lado, pensamos que poderiam ser feitas investigações com o objectivo de estudar o impacto destas "novas" formas de família nas três variáveis que estudámos aqui, através de amostras maiores, assim como seria importante que fosse feita a comparação entre estas famílias e com as famílias nucleares intactas. Por fim, pensamos que também poderia ser relevante fazer um estudo com estas duas formas de famílias, que tivesse em conta as etapas do ciclo vital em que as famílias se encontravam quando aconteceu o divórcio e o recasamento, tal como o tempo que passou desde essa crise acidental, para se poder verificar o impacto da crise e a evolução da família após a crise, em termos de percepção de *stress* familiar, percepção de estratégias de *coping* familiares e percepção da satisfação com a qualidade de vida.

VI – Conclusões

Do enquadramento conceptual podemos concluir que:

- Em Portugal, duas "novas" formas de família que nos propusemos estudar, famílias pós-divórcio e as famílias reconstruídas, estão em expansão.
- O divórcio pode ser visto de duas formas: como um processo de crescimento da família, ou como um processo degenerativo, que dificulta o desenvolvimento das pessoas que nele estão envolvidas. Nas famílias pós-divórcio, existem várias fontes de apoio que podem ser muito importantes, nomeadamente a família de origem, os amigos e os colegas. É importante tem em conta que o desafio que espera o

subsistema parental consiste em encontrar uma nova forma de família, diferente da anterior, mas que lhes permita continuar a ser pais. Assim, o divórcio pode ser encarado como um processo familiar, que envolve a criação e redefinição de novos papéis e da renegociação da relação parental e conjugal. É importante ter em conta que o desenvolvimento psicológico dos filhos pode ser melhor numa família divorciada feliz, do que numa família casada em conflito.

- As famílias reconstruídas são aquelas onde um novo vínculo conjugal está na base para o complexo arranjo de várias famílias numa nova constelação. Assim, ao implicar a ligação de várias famílias, o recasamento leva a que a nova família não se possa organizar como uma família nuclear intacta, tendo que lidar com uma crise acidental (recasamento) e com as futuras crises naturais, relacionadas com o desenvolvimento familiar. A criação desta nova família pode não ser um processo muito fácil, visto que podem existir algumas fases de sofrimento, o que não implica que os filhos destes (ex-)casais sejam diferentes dos outros quando crescerem, apesar de esta experiência ter nelas um grande impacto. Contudo, é importante que a criança ou jovem resolva bem o luto e que continue a existir espaço, nesta nova família, para que os pais e os seus filhos biológicos possam estar sozinhos. O novo modelo de família exige: fronteiras permeáveis em torno dos membros de diferentes famílias, o que irá permitir que os filhos se movimentem entre as duas famílias; aceitação das responsabilidades e sentimentos de cada cônjuge face aos seus filhos e revisão dos papéis tradicionais de género na família. Por fim, concluímos que, ultrapassado o período de tensão inicial, a nova família se depara com um processo de desenvolvimento semelhante às famílias nucleares intactas, sendo que as famílias reconstruídas podem constituir um espaço de crescimento individual e familiar.
- O facto de existir um divórcio numa família não implica, necessariamente, que existam apenas consequências negativas para os elementos desta, já que em alguns casos o divórcio parece ser a melhor solução para as famílias, que estão em sofrimento.
- Por outro lado, o facto de existir um recasamento não implica que as crianças venham "a sofrer danos que as irão acompanhar por toda a vida", o que é um preconceito, já que estas crianças têm competências para se adaptarem às "suas novas famílias", sendo importante que lhe seja permitido estar com ambos os progenitores.

Do estudo empírico e discussão de resultados podemos concluir que:

- Ao analisarmos o impacto das formas de família nas variáveis dependentes que nos propusemos estudar, concluímos que as famílias pós-divórcio apresentam um valor mais elevado na escala total do F--COPES, tal como em várias subescalas, nomeadamente *aquisição de apoio social*, *apoio espiritual* e *avaliação passiva*. Esta conclusão está de acordo com o nosso enquadramento teórico, já que percebemos que

estas famílias precisam do apoio da sua família, dos seus amigos e colegas, tal como procuram suporte na fé, mas, por vezes, acabam por se isolar, recorrendo mais à *avaliação passiva* como estratégia de *coping*. Relativamente ao Qualidade de Vida, as famílias reconstruídas apresentam médias mais elevadas nas subescalas *família* e *filhos*, o que indica uma maior satisfação com a qualidade de vida familiar nestas áreas, tal como seria de esperar, visto que nas famílias pós-divórcio os sujeitos estão mais insatisfeitos com a sua família. Por fim, no que concerne ao FILE, não verificámos diferenças estatisticamente significativas entre as duas formas de família, já que ambas estão sujeitas a várias fontes de *stress* e, ao mesmo tempo, ambas têm competências para resolver os seus problemas.

- No que diz respeito à variável idade, nas famílias pós-divórcio, o facto de pertencer ao grupo etário mais baixo pode ser um factor facilitador em termos de percepção da satisfação com a qualidade de vida familiar em algumas áreas (*casa, religião e educação*). Nas famílias pós-divórcio o facto de pertencer a um grupo etário mais alto pode aparecer como um factor facilitador em termos de recurso ao *apoio social*, como estratégia de *coping*. Por outro lado, nas famílias reconstruídas são os sujeitos mais novos que apresentam médias mais elevadas de percepção das estratégias de *coping*, tal como recorrem mais ao *apoio formal*.
- Relativamente à variável género, concluímos que o facto de pertencer ao sexo masculino pode funcionar como factor facilitador em termos de percepção de *stress* familiar, nas famílias reconstruídas. Contudo, o facto de pertencer ao sexo feminino é um factor facilitador no que diz respeito à utilização do *reenquadramento*. Nas famílias pós-divórcio, o facto de pertencer ao sexo feminino pode funcionar como factor facilitador, em termos de percepção de satisfação com a qualidade de vida familiar.
- Ao analisar as duas formas de família em conjunto, verificámos que o facto de pertencer ao nível socio-económico elevado pode funcionar como um factor facilitador, relativamente à percepção de satisfação com a qualidade de vida familiar, nas áreas *relações sociais e saúde* e *educação*. Por outro lado, o facto de pertencer ao nível socio-económico baixo funciona como factor de vulnerabilidade no que diz respeito à utilização do *reenquadramento* e é um factor facilitador relativamente à utilização do *apoio espiritual*. Nas famílias pós-divórcio, o facto de pertencer ao nível socio-económico elevado pode funcionar como um factor facilitador, relativamente à percepção de satisfação com a qualidade de vida familiar, nas áreas *bem-estar financeiro* e *educação*. Nas famílias reconstruídas, o facto de pertencer ao nível socio--económico baixo funciona como um factor de vulnerabilidade em relação à percepção de satisfação com a qualidade de vida familiar, nas áreas *mass media, relações sociais e saúde, emprego* e *educação*. Por fim, também consideramos relevante destacar que, por serem as famílias de nível socio-económico mais baixo que têm menos capacidade de recorrer ao *reenquadramento*, sejam estas que recorram mais ao *apoio*

espiritual.

- No que diz respeito ao estudo das duas formas de família em conjunto, verificámos que o facto de viver em áreas mediamente urbanas pode ser considerado um factor facilitador em termos da percepção da satisfação com a qualidade de vida familiar. Por outro lado, o facto de viver em áreas predominantemente urbanas aparece com factor de vulnerabilidade no que diz respeito à percepção de *stress* familiar. Relativamente ao estudo das famílias reconstruídas isoladamente, o facto de viver em áreas predominantemente urbanas também aparece como factor de vulnerabilidade em termos de percepção de *stress* familiar, contudo também funciona como factor facilitador em termos de percepção da satisfação com a qualidade de vida na dimensão *filhos*. Por outro lado, nas famílias pós-divórcio o facto de viver em áreas predominantemente rurais aparece como factor de vulnerabiladade em relação à percepção de satisfação com a qualidade de vida na área *família*, tal como funciona como factor facilitador em termos da utilização da *avaliação passiva* como estratégia de *coping*.
- Ao analisar as duas formas de família em conjunto, verificámos que o facto de pertencer à religião católica pode aparecer como um factor de vulnerabilidade no que diz respeito à percepção de satisfação com a qualidade de vida familiar, nomeadamente nas subescalas *bem-estar financeiro, emprego* e *religião*. Por seu lado, o facto de pertencer à religião católica funciona como factor facilitador do recurso ao *apoio espiritual* como estratégia de *coping*. Quanto às famílias pós-divórcio, verificámos que o facto de pertencer à religião católica aparece como um factor facilitador, em termos de percepção de satisfação com a qualidade de vida familiar na área dos *filhos*, tal como em termos de utilização do *reenquadramento* e *apoio espiritual* como estratégias de *coping*. Relativamente às reconstruídas, foi possível verificar que o facto de não ter nenhuma religião aparece como factor facilitador em relação à percepção de satisfação com a qualidade de vida familiar nas áreas *bem-estar financeiro, tempo, vizinhança e comunidade, casa, mass media, emprego, religião* e *educação*. Por outro lado, o facto de pertencer à religião católica aparece como factor facilitador da utilização do *apoio espiritual* como estratégia de *coping*.

Bibliografia

Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios familiares: uma visão sistémica*. 3ª ed., Coimbra: Quarteto.

Alarcão, M. (2007). Novas formas de família, novas formas de terapia. In. A. P. Relvas & M. Alarcão. *Novas formas de família* (pp.13-52). 2ª ed., Coimbra: Quarteto.

Antoniazzi, A. S., Dell'Aglio, D. D. & Bandeira D. R. (1998). O conceito de coping: uma revisão teórica. *Estudos psicológicos*, 3: pp. 273-294. Consultado em Março 2008, Http://www.scielo.br/scielo.php.

Boss, P. (2002). *Family stress management: A contextual approach*. London: Sage.

Brown, F. H. (1995). A família pós-divórcio. In B. Carter, M. McGoldrick, & cols. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 321- -343). 2ª ed., Porto Alegre, Artes Médicas.

Canavarro, M.C., Serra, A.V., Pereira, M., Simões, M.R., Quintais, L., Quartilho, M.J., Rijo, D., Carona, C., Gameiro, S. & Paredes, T. (2006). Desenvolvimento do Instrumento de Avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL-100) para português de Portugal. *Psiquiatria Clínica*, *27*, nº 2,16 -21**.**

Carter, B., McGoldrick, M. & cols. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. 2ª ed., Porto Alegre, Artes Médicas.

Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. In B. Carter, M. McGoldrick & cols. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 7-29). 2ª ed., Porto Alegre: Artes Médicas.

Cloutier, R., Filion, L. & Timmermans, H. (2006). *Quando os pais se separam … para melhor lidar com a crise e ajudar a criança*. 1ª ed., Lisboa: Climepsi Editores.

Fagulha, T., Duarte, M. E. & Miranda, M. J. (2000). A "qualidade de vida": Uma nova dimensão psicológica? *Psychologica*, 25, 5-17.

Gameiro, J. (2001). *Os meus, os teus e os nossos: novas formas de família*. 4ª ed., Lisboa: Terramar.

Gameiro, J. (2004). *Nem contigo nem sem ti*. Lisboa: Terramar.

Greeff, A. P. & Van Der Merwe, S. (2004). Variables associated with resilience in divorced families. *Social Indicators Research.* ProQuest Psychology Journals.

Hetherington, E. M., Law, T. C. & O'Connor, T. G. (1993). Divorce: challenges, changes and new chances. In F. Walsh, L. C. Wynne. *Normal family processes* (pp. 209-229). 2ª ed., New York/London: The Guilford Press.

Homem, T. C. (2006). *Contextos de protecção e de vulnerabilidade para a adaptação emocional e académica dos filhos ao divórcio dos pais.* Dissertação de mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.

Instituto Nacional de Estatística (2007). *Indicadores demográficos*. Acedido em 24 de Junho de 2007, em: http://www.ine.pt.

Lazarus, R.S. (1985). *Stress and coping: An anthologie*. 2.ª ed. New York: Columbia University Press.

Lourenço, M. (2006). *Casal: conjugalidade e ciclo evolutivo*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.

Maroco, J. (2007). *Análise estatística com a utilização do SPSS*. 3ª ed., Lisboa, Silabo.

McCubbin, H. I. & Patterson, J. M. (1983). Family transitions:

Adaptation to stress. *Journal of marital therapy*, 6, 5-25.

McGoldrick, M. & Carter, B. (1995). Constituindo uma família recasada. In B. Carter, M. McGoldrick & cols. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 344-371). 2ª ed., Porto Alegre, Artes Médicas.

Mercier, C., Péladeu, N. & Tempier R. (1998). Age, gender and quality of life. *Community Mental Health Journal*, 34, 487-500.

Olson, D. H., McCubbin, H.I., Barnes, H.L., Larsen, A. S., Muxen, M.J., Wilson, M.A. (1983). *Families: What makes them work?*. Beverly Hills: Sage Publications.

Olson, D. H. & DeFrain, J. (2000). *Marriages and families: intimacy, diversity and strengths*. 4ª ed., Boston, Mc Graw Hill.

Peck, J. S. & Manocherian, J. (1995). O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. In B. Carter, M. McGoldrick & cols. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 291-320). 2ª ed., Porto Alegre, Artes Médicas.

Pinto, H. A., & Pereira, M. G. (2005). *Separação e divórcio: um olhar feminino*. 1ª ed., Coimbra, Quarteto.

Porter, L. S., Marco, C., Schwartz, J., Neale, J. *et al*. (2000). Gender differences in coping: A comparison of trait and momentary assessments. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 19, 480-498.

Relvas, A. P., & Alarcão, M. (2007). *Novas formas de família*. 2ª ed., Coimbra, Quarteto.

Simões, M. (1994). Investigação no âmbito da aferição nacional do teste das matrizes progressivas coloridas de Raven (M.P.R.C.). Dissertação de doutoramento em psicologia e especialização em avaliação psicológica apresentado à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (pp. 281 – 286).

Anexos